



ATA DA 145ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos 21/11/2012, sob a coordenação do Presidente Eduardo Jorge, realizou-se a 145ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, convocada com a seguinte Pauta:

Expediente:

1. Discussão e votação da Ata da 144ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.
2. Sugestões para inclusão na pauta desta reunião.

Ordem do dia:

1. Apresentação do "**Plano de Manejo do Parque Natural Municipal da Cratera de Colônia**" pelos técnicos Leo R. Malagoli e Alice Maria Calado Melges da Divisão Técnica de Unidades de Conservação e Proteção da Biodiversidade e Herbário da SVMA.
2. Sugestões para inclusão na pauta das próximas reuniões.

Anexos:

- Ata da 144ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.



ATA DA 145ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Coordenadora Helena Magozo: Bom dia a todos e a todas. Nós estamos dando início à 145ª Reunião Plenária Ordinária do CADES, dia 21/11/2012, quarta-feira, 9:00 horas, aqui na Escola Municipal de Astrofísica, Parque Ibirapuera. Eu queria começar justificando o atraso do Secretário, ele está em um processo de fisioterapia no dedo que ele lesou. Então ele vai chegar um pouco mais tarde. Nós não temos quorum ainda para a discussão e votação da ata. Assim que nós tivermos procederemos a discussão. Sugestão para inclusão na pauta nesta reunião.

Cons. Ros Mari: Eu queria incluir dois pontos na pauta, por favor, Helena. Um a respeito da operação urbana consorciada Água Branca e um sobre o plano diretor de manejo de águas, aqui em São Paulo.

Coordenadora Helena Magozo: Mais alguma sugestão?

Cons. Iervolino: Ângelo, Sociedade Ambientalista Leste. Eu queria passar informe e talvez solicitar inclusão de pauta, a questão da exigência do Monotrilho Vila Prudente/Cidade Tiradentes.

Cons. Abel: Bom dia a todos. O pessoal do Cades Penha tem me cobrado, eles tinham pedido para entrar em pauta, uma sugestão, e até agora não receberam resposta. E eles pediram para constar, para a gente fazer essa cobrança. E eu queria que constasse em ata essa cobrança.

Coordenadora Helena Magozo: Podemos então ir para o primeiro ponto da ordem do dia é apresentação do plano de manejo do Parque Natural Municipal da Cratera de Colônia, pelos colegas, técnicos da DUC, o Leo Malagoli e Alice Maria Calado Melges, da Divisão Técnica de Unidades de Conservação e Proteção da Biodiversidade e Herbário da Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Por favor, Leo, me desculpa, só um momento. Eu não sei se cabe, mas o representante da Freguesia do Ó/Brasilândia, ele nos solicitou por e-mail, eu estou me lembrando agora, uma apresentação sobre o estado da arte, de uma situação de invasão que está acontecendo no Parque Brasilândia. Eu sei que eles vêm de longe. Eu só queria a autorização dos Conselheiros para também estar incluindo esse ponto, que eles me solicitaram autorização para estar falando para o Secretário. Está bom? Então, é o pessoal da Brasilândia. Obrigada.

Leo Malagoli: Bom dia a todos e a todas. Bom dia aos membros do CADES, a Helena Magozo, ao Chefe de Gabinete Carlos Fortner. Quero agradecer aqui, pela oportunidade de falar um pouquinho das unidades de conservação no município de São Paulo. Eu sou Leo Malagoli, sou Diretor da Divisão Técnica de Unidades de Conservação e Proteção da Biodiversidade e Herbário – DEPAVE 8, aqui da Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Antes de a minha colega Alice falar especificamente sobre o Parque Natural da Cratera de Colônia, e o seu plano de manejo, eu vou dar uma breve introdução sobre as unidades de conservação no município de São Paulo. O que são as unidades de conservação aqui? O que significa esse termo? Então são territórios delimitados relevantes, do ponto de vista principalmente biológico, muitas vezes cultural também, e que são instituídos pelo poder público, principalmente com o objetivo de proteger a biodiversidade, proteger recursos hídricos, e outros recursos que são tão caros e importantes para o ser humano, também. Existem duas categorias de unidades de conservação. Uma delas é a de proteção integral, a outra é a de uso sustentável. Então, proteção integral inclui aquelas em que não tem ninguém morando dentro da unidade de conservação, como os Parques Nacionais, os Parques Estaduais, os Parques Naturais no âmbito do município de São Paulo, que são denominados Parques Naturais. E os de uso sustentável são, por exemplo, as áreas de proteção ambiental, nas quais moram, muitas vezes, centenas ou milhares de pessoas, e o objetivo é o uso sustentável desse território. A criação dessas unidades de conservação, elas têm respaldo na Constituição Federal. Então já estava previsto isso na Constituição, e, em 2000, foi alvo de uma lei específica, que é o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da



ATA DA 145ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Natureza, conhecido como SNUC, que é aquilo que nos pauta que nos rege. Quem é responsável pelas unidades de conservação? O IBAMA, agora o ICMBIO, só dando uma atualizada, pelas Unidades de Conservação instituídas então, pela União, pelo poder federal. A SMA, no caso, a Fundação Florestal é responsável pelas unidades de conservação instituídas no âmbito estadual, e o município de São Paulo, a Secretaria do Verde, responsável então, por aquelas instituídas pela municipalidade. Aqui, só para a gente ter uma idéia, o mapa está um pouco distorcido aí, mas esse é o município de São Paulo. A gente repara que, mesmo sendo a maior cidade da América Latina e muito urbanizada, ela ainda guarda muitas áreas verdes. Esse é um mapa que contém tanto a vegetação nativa, quanto a vegetação exótica: eucalipto, pinus e agricultura também. Então ela é um pouco mais ampla. E as unidades de conservação, basicamente, estão dispostas, principalmente, nos extremos. Então nós temos 11 unidades de proteção integral, parques estaduais, parques naturais, 5 estaduais e 6 municipais, 5 unidades de uso sustentável, que são as áreas de proteção ambiental. Então três APAs estaduais, duas municipais, duas RPPNs, uma municipal e uma federal. E aqui, no município de São Paulo, então, o DEPAVE 8 é o responsável pela implantação, em conjunto com outros departamentos, como o DEPLAN, outros DEPAVES também. A gente atua em conjunto com eles. E principalmente, pela gestão dessas unidades. O herbário municipal, que acho que muitos de vocês conhecem, foi incorporado à divisão em 2009. E é bastante relevante o fato dele ter sido incorporado. Acho que é um ganho. A gente trabalha muito em conjunto também. Então, falando das unidades de uso sustentável, nós temos a APA do Capivari-Monos, com 25100 hectares, a APA Bororé-Colônia, com 9 mil hectares, a RPPN Mutinga, que foi instituída no ano passado, com 2,7 hectares...

Coordenadora Helena Magozo: Leo, fala um pouquinho o que é RPPN.

Leo Malagoli: RPPN é uma categoria de uso sustentável, que é a única categoria que não é instituída pelo poder público, mas, sim, o proprietário de uma área que seja relevante, pode solicitar a gravação e a criação dessa unidade de conservação. É interessante, ela figura no quadro de uso sustentável, no entanto, quando se cria uma RPPN, muito pouco se pode fazer nela. Então não pode haver nenhum tipo de atividade extrativista, e sim, só de pesquisa, ou mesmo de turismo educativo. Então apesar dela figurar em uso sustentável, ela praticamente é uma unidade de proteção integral. E entrando nessa de proteção integral, com aquele uso mais restritivo, nós temos o Parque Natural Municipal Fazenda do Carmo, na zona leste, com quase 450 hectares, o Parque Natural Municipal do Jaceguava, Itaim, Varginha, Bororé. Esses quatro oriundos da compensação ambiental do trecho sul do rodanel, e estão localizados no sul do município de São Paulo, e o nosso menorzinho, que é o Parque Natural Municipal Cratera de Colônia, que a gente vai falar daqui a pouquinho. Então só para computar essas áreas, são mais de 36 mil hectares de unidades de conservação sob a responsabilidade da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Não é pouca coisa. E equivale a cerca de 20% do território do município de São Paulo. Se eu computar aí, as áreas estaduais, esse valor ultrapassa os 30%. Não coloquei aí, mas é só para a gente pensar um pouquinho. Então é muita coisa. E a maior parte está sob a responsabilidade do município, da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Então aqui, só para vocês terem uma ideia espacializado, ali, na zona Norte, do lado esquerdo, é só uma ampliação da RPPN Mutinga, então ela tem aquele formatinho, ela é bem pequenininha. Na zona Leste, ali em verde, o Parque Natural Municipal Fazenda do Carmo. E na zona Sul, onde se concentram a maioria das nossas unidades, então aqui, os quatro Parques Naturais Municipais oriundos da compensação ambiental do rodanel. Então Jaceguava, Itaim, Varginha e Bororé. Em azul, a área de proteção ambiental do Bororé-Colônia. Aqui em rosinha, é o Parque Natural Municipal da Colônia, e em verde, equivalendo aí, a quase 1/6 do município de São Paulo, a APA do Capivari-Monos. Novas unidades estão em estudo. Então, atualmente, duas RPPNs, uma na zona Norte, nas imediações da Serra da Cantareira, uma na zona Sul, na região do Jaceguava, ali no Solo Sagrado, dois Parques Naturais Municipais, então um na zona Leste, no extremo leste, ali na região das nascentes do Rio Aricanduva. Rio tão importante, afluente do Tietê, e um é na zona Norte, também por ocasião da compensação ambiental



ATA DA 145ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

do rodoanel trecho norte. Então isso está em análise e em estudo. Então, só para finalizar aqui, rapidamente, a criação de unidades de conservação é, sem dúvida nenhuma, isso no mundo todo, a melhor maneira que existe, da gente conservar os atributos naturais, que são tão importantes, para nossa existência aqui no planeta. Então não existe nada, atualmente, mais indicado para se conservar os recursos naturais, do que a criação de unidades de conservação. E elas são prestadoras incríveis de serviços ambientais, que são tão importantes para a gente. Como por exemplo, a ciclagem da água, se fala tanto hoje em dia nisso, a questão da biodiversidade, polinização na agricultura, que envolve a biodiversidade, formação de solo. Então, uma série de atributos que são importantíssimos e que são essas unidades que fornecem para a cidade de São Paulo. Aqui está o meu contato, e agora eu convido a minha colega Alice para falar um pouquinho do Parque Natural da Cratera de Colônia. Obrigado a todos.

Alice Maria Calado Melges: Bom dia. Sou Alice, sou técnica do DEPAVE 8, e vou apresentar para vocês, o Plano de Manejo da Cratera de Colônia. Então, aqui um primeiro slide só para a gente se situar espacialmente. O Leo que já fez uma abertura, um pouquinho, localizando espacialmente onde é que está o Parque da Cratera. Então aqui é o município de São Paulo, aí aqui embaixo, a gente faz um destaque na APA do Capivari-Monos, criada aqui em 2001, e com 25 mil hectares. E aí a gente faz um novo recorte aqui na Cratera de Colônia. E aqui, em vermelho, a gente tem o Parque Natural Municipal da Cratera, criado em 2007, com 53 hectares. Aqui, a gente consegue ter uma visualização... Só mostrar para vocês, essa área aqui, redonda, é a Cratera de Colônia. Ela é um dos limites da APA do Capivari-Monos. Aqui a gente tem Vargem Grande. É um loteamento existente. Uma área urbanizada dentro da Cratera, e aqui a gente tem o Parque, do qual eu vou apresentar para vocês o Plano de Manejo. Então aqui tem uma definição do que é unidade de conservação. Então o Parque da Cratera é uma unidade de conservação. Acho que o Leo já definiu bem, para a gente, já mostrou a definição e a importância. Vou passar um pouquinho mais rápido. E aí a gente tem aqui... Só volta um pouquinho, Leo. Então assim, dentro das unidades de conservação, a gente tem várias categorias. E o Parque da Cratera é categorizado como Parque Natural Municipal. Então, essa categoria é equivalente, em termos de normatização, de legislação, aos Parques Estaduais que a gente conhece, e aos Parques Nacionais. E, aqui eu apresento a definição para vocês. Então, o que é um Parque Natural Municipal? É uma unidade de conservação, que tem por objetivo básico, a preservação de ecossistemas naturais, de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisa científica e o desenvolvimento de atividades de educação, de interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza, e turismo ecológico. Então uma área bem restritiva. O que a gente pode fazer? Pesquisa, educação ambiental e ecoturismo, sempre com viés voltado para a conservação. Aí aqui é um resumo. Então assim, acho que o Leo falou bem, quando a gente pensa em unidade de conservação, a gente tem que ter em mente que a gente está falando de dois grupos. Grupo de uso sustentável, que permite o manejo de recursos, e o grupo de proteção integral, que tem uma categoria, uma normatização bem mais restritiva. E aí eu trago um pouquinho, hoje, a gente tem o Parque Municipal da Cratera de Proteção Integral, se sobrepondo aí, à APA do Capivari-Monos, que é uma outra unidade de conservação, pertencente aí, ao grupo de uso sustentável. Então são duas unidades sobrepostas, dentro de grupos distintos, que têm objetivos um pouco diferentes, mas que se complementam. Eu já falei um pouquinho dos objetivos de um Parque Natural, educação ambiental, ecoturismo, pesquisa. Outra questão que é importante a gente falar, mais voltada para a gestão dessas áreas. O que a gente precisa? O SNUC determina que toda unidade de conservação tem um Plano de Manejo. Esse Plano de Manejo é o que vai dar aí, todas as diretrizes, vai dar todos os apontamentos, um norte para a gestão dessa área. Então, é isso aqui que a gente está trazendo para vocês hoje. Então, ele vai trazer um pouquinho do diagnóstico da região, a gente entender, fazer essa radiografia da região, como é que ela é em termos ambientais, em termos socioeconômicos, para a gente conseguir traçar um planejamento do que precisa ser feito para que os recursos naturais e os serviços ambientais sejam, de fato, conservados e preservados. Outro instrumento de gestão que o SNUC determina, é o Conselho Gestor. Ele aponta a importância do Plano de



ATA DA 145ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Manejo, que é o que estamos trazendo em termos de gestão, e a importância do Conselho Gestor. Então assim, hoje, o Parque, ele ainda não tem um Conselho próprio, ele precisa ter. Porque toda unidade de conservação precisa ter um Conselho. Ele ainda não tem, pelo fato de ainda estar fechado. Então hoje, o fórum de discussão para a gente debater e para a gente discutir as questões que tangem aí, o Parque da Cratera, tem sido o Conselho Gestor da APA do Capivari-Monos. Pelo fato das duas unidades estarem sobrepostas, especialmente, territorialmente, e pelos atores locais ali, que estão próximos ao Parque da Cratera estarem dentro do Conselho da APA do Capivari-Monos. Então, esse tem sido o nosso fórum para discutir as questões do Parque. E aí já coloco para vocês que assim, esse Plano já foi aprovado na reunião do Conselho Gestor da APA do Capivari-Monos. Ele está aprovado pelo Conselho, e hoje vai ser referendado aqui, por vocês. Então assim: como e por que esse Parque foi criado? Então esse Parque foi criado em decorrência de uma ação corretiva do licenciamento de uma linha de transmissão de Furnas. Então, essa linha de transmissão, ela culminou em um TAC, em um Termo de Ajustamento de Conduta, por conta aí, de algumas intercorrências da implantação desse "linhão", e aí Furnas assumiu alguns compromissos com relação à Prefeitura. Que compromissos foram esses? Ah, só que colocando esse TAC. Ele foi firmado em 2000, entre o Ministério Público Federal, IBAMA e Furnas, e por decorrência de alguns impactos ali, provocados por Furnas na região, assumiu alguns compromissos com a Prefeitura. Que compromissos são esses? Então que Furnas iria criar uma unidade de conservação de proteção integral. Isso envolve todo o processo de seleção da área, e aprovação da criação do Parque Natural na Câmara Legislativa. Se comprometeu também a elaborar, a custear o Plano de Manejo desse Parque, que é isso que a gente está apresentando hoje para vocês, se comprometeu a contratar um projeto da sede administrativa do parque, se comprometeu com o georreferenciamento da unidade, com o cercamento, e um programa de educação ambiental, da APA do Capivari-Monos. Então esse TAC contemplou tudo isso, e o Parque foi criado em decorrência desse TAC. E aí eu vou falar um pouquinho para vocês assim: como é que foi o processo de seleção da área, e apresentar o Plano de Manejo para vocês. Então, quando surgiu essa necessidade de se criar uma unidade de conservação de proteção integral na região, começaram as buscas por uma área, e o que essa área tinha que ter? Quais as premissas para a escolha dessa área? Então você tinha que ter uma área aí, relevante do ponto de vista ambiental, peculiar. E aí, a área que surgiu foi a Cratera de Colônia, que é uma área ali no extremo sul do município, bastante peculiar, por conta da origem. Então assim, tudo indica, há fortes evidências, fortes indícios de que a Cratera de Colônia, onde se situa hoje o Parque, foi resultado de um impacto de um meteoro. Então ela é uma área que tem um ecossistema extremamente sensível, uma vegetação muito peculiar, e aí, no momento de escolher uma área, falou: *"não, a gente vai escolher a Cratera de Colônia para criar esse Parque."* Aí, aqui eu dou alguns dados da Cratera de Colônia. Ela tem quase 1900 hectares, tem quase quatro quilômetros de diâmetro, esse impacto desse meteoro, dizem os estudos, resultou aí, em uma Cratera aí, de cerca de 900 metros de profundidade. E aí alguns estudos indicam que assim, esses 900 metros... então você teve o impacto do meteoro, formou essa Cratera de 900 metros, isso há cerca de 36 milhões de anos atrás, e aí, ao longo desses anos, a gente vem tendo todo um processo de sedimentação dessas paredes, e aí, os estudos indicam que a gente, hoje, tem cerca de 500 metros aí, de sedimentos. Então a importância da Cratera, ela decorre tanto da origem, que tem a ver com esse impacto do meteoro, quanto ao processo de sedimentação, porque nesses sedimentos, a gente tem aí, toda uma história, aí, de anos e anos passados, que estão guardados ali. Se a gente pesquisar esses sedimentos, a gente consegue ter uma ideia de como era essa vida, alguns milhões de anos atrás. E aí, é um prato cheio aí, para pesquisa na região. Então assim, isso tudo faz com que a Cratera seja um sítio geológico de interesse, tanto ambiental quanto cultural, quanto histórico. A Cratera de Colônia tem uma paisagem bastante heterogênea. Então assim, ela tem ainda, alguns remanescentes de vegetação em estágio inicial, em médio, tem muita agricultura. Tem... O Vargem Grande... Então, núcleos urbanizados. Então é uma mistura bastante complexa de núcleo urbanizado, agricultura, remanescentes de vegetação, e nesse contexto aí, de peculiaridade, por conta do impacto do meteoro. Existem algumas legislações, que protegem essa área. Então, essa área é tombada



ATA DA 145ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

pelo CONDEPHAAT, ela foi tombada em 2003. Há um processo de tombamento dentro do CONPRES P que até hoje não foi finalizado. Ainda está em aberto. Ela é considerada um momento geológico do Estado de São Paulo também, reconhecida pelo Conselho Estadual de Monumentos Geológicos, em parceria com o Instituto Geológico. Esse reconhecimento foi feito em 2009. Aí, aqui eu já falei da obrigatoriedade do Plano de Manejo, tudo. Você tem que ter um Plano de Manejo. E qual que é o objetivo então, desse Plano? É nortear a gestão da área. Então, ele vai trazer um diagnóstico da região, um zoneamento do Parque. Então a gente vai olhar o parque... Esse parque, ele não é homogêneo. A gente tem uma situação aí. Há toda uma heterogeneidade, em termos de ecossistema, de condições físicas, biológicas. Então, o ideal é que a gente setorize esse Parque e diga: *"olha, essa área aqui a gente vai proteger mais, essa área a gente vai proteger menos. Pode usar mais."* Então eu vou apresentar para vocês também, o zoneamento do Parque, e os programas que vão apontar o que a gente vai precisar fazer na área, para que os objetivos possam ser concretizados. E aí, como é que funcionou essa questão do Plano de Manejo? Então, como eu comentei, Furnas assumiu, em decorrência do TAC, assumiu o compromisso de custear o Plano de Manejo do parque. Aí Furnas contratou uma empresa, a Neocorp para elaborar esse Plano de Manejo. Em 2009, a gente recebeu esse Plano de Manejo. E aí, algumas pessoas vão perguntar: *"poxa, por que vocês estão apresentando só agora?"* 2010. Desculpa. 2010. *"Por que vocês estão apresentando só agora?"* Então, vou explicar o porquê. A gente recebeu esse Plano de Furnas, e aí a gente detectou que a gente precisaria fazer uma série de ajustes. A estrutura dele estava muito confusa. Embora ele seguisse o roteiro metodológico de Plano de Manejo, existe um documento feito pelo IBAMA, que dá um norte de como esse Plano de Manejo deve ser elaborado. Então assim, embora eles tenham seguido essa receitinha aí, de bolo, do roteiro metodológico, o Plano, ele não atendeu àquilo que a gente imagina que um Plano de Manejo tem que ter. então assim, desde o recebimento de 2010, a gente vem atualizando e vem fazendo alguns ajustes nesse Plano de Manejo. E é isso que a gente está apresentando para vocês. Então, esse resultado de hoje, desse Plano de Manejo, ele é uma combinação de um relatório entregue pela Neocorp, e dos ajustes que DEPAVE 8 fez no documento. Então isso é importante ficar claro. Aí aqui, assim eu vou começar a falar um pouquinho do que contém esse Plano. Então esse Plano, a gente abre ele com uma ficha técnica da Unidade de Conservação, com alguns dados básicos, o endereço do órgão gestor, decreto, estado, coordenadas, então é uma fichinha resumo. Aí depois, a gente tem uma parte no Plano de Manejo que fala um pouquinho do arcabouço metodológico. Então assim, esse Plano de Manejo pressupõe um processo participativo. Então para a gente pensar nas diretrizes para o Parque, a gente precisa envolver a comunidade. Pensar junto com eles. As pessoas que moram ali, a comunidade local. Então foram feitas 4 oficinas para ajudar a pensar nas diretrizes desse Plano de Manejo, uma oficina para apresentação do diagnóstico, uma oficina para pensar no zoneamento desse Parque. O que é o zoneamento? É dividir o Parque em setores, e pensar no uso de cada setor. Houve duas oficinas para pensar nos programas de gestão. Pensar no que precisa ser feito. Tem uma 5ª oficina aqui, que eu vou mencionar agora, o que aconteceu? Essas 4 oficinas foram feitas pela Neocorp, para elaboração do Plano de Manejo. A gente recebeu o relatório, e aí a gente identificou aqueles ajustes que precisavam ser feitos. Um dos ajustes que a gente identificou era com relação ao zoneamento. Então a gente olhou o zoneamento, e a gente entendeu que não dava para aprovar daquele jeito. E a gente precisou fazer um ajuste. Só que houve todo um processo participativo para isso. Então, o que a gente fez? A gente sugeriu alguns ajustes, algumas pequenas modificações, a gente fez uma nova oficina, a gente usou a reunião do Conselho Gestor da APA do Capivari-Monos, para fazer essa reunião. A gente colocou em pauta, apresentou a nossa proposta de ajuste. A gente procurou... A gente foi atrás da listagem da Neocorp, das pessoas que participaram das oficinas. A gente entrou em contato com essas pessoas, fizemos uma nova oficina para poder fazer esse ajuste, e essa é a 5ª oficina aqui. É a última oficina, que foi feita por nós. Não pela Neocorp. O Plano traz um pouquinho da legislação incidente na área, então ele vai trazer a legislação federal, a constituição, o código florestal, lei de crimes ambientais, o SNUC, Lei da Mata Atlântica, vai trazer as legislações de âmbito estadual, que também interferem ali na região. Então toda lei estadual de proteção aos mananciais, as leis



ATA DA 145ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

específicas da Guarapiranga, da Billings, a resolução de tombamento da Cratera. Traz também as legislações de âmbito municipal. Então o Plano Diretor Estratégico, o Plano Regional, a Lei de Criação da APA do Capivari-Monos, a Lei que institui o zoneamento da APA, resolução de tombamento da Cratera pelo CONPRESP. Aí só reforçando, o processo está aberto, não foi finalizado. Lei de Corte de Poda de Vegetação. Então ele traz todas as legislações ali, que interferem na região, e aí, aqui eu vou entrar no diagnóstico socioambiental. Então o diagnóstico, como é que funciona? A gente tem que fazer um diagnóstico do Parque e da região onde esse Parque está inserido. Para a gente entender a situação, fazer uma radiografia, visualizar algumas lacunas, e pensar aí, em um prognóstico, do que a gente precisa fazer para conservar. E aí, o que a gente considera como entorno do Parque, então? Qual que é esse recorte aí, regional, que a gente vai fazer? O Plano da Neocorp, ele trouxe como recorte regional só a Cratera. E aí, qual foi a dificuldade que a gente viu nisso? A Cratera, ela tem muitos aspectos que são parecidos com o Parque em si. E a gente acha que a área de entorno do Parque, que exerce influência sobre o Parque, ela, na verdade, extrapola a Cratera de Colônia. Porque o Parque, ele guarda sim, muita relação com a Cratera, mas também com a APA do Capivari-Monos e com parte da APA do Bororé. Que está um pouquinho acima. Eu não sei se vocês lembram no mapa. Então a gente está considerando aqui, como esse recorte de análise regional, não só a Cratera, mas a APA do Capivari e a APA do Bororé. Esse é o nosso recorte. Aqui eu vou falar um pouquinho dos aspectos histórico culturais. Então o Plano, ele traz um pouquinho da ocupação da região, através da imigração alemã e a criação do bairro da colônia alemã em 1829. Trata da imigração japonesa também, que teve um papel forte na agricultura, e tem até hoje, principalmente aí, no setor de hortifrutigranjeiros. Menciona a questão dos núcleos urbanizados que eu mencionei. Então ele fala sobre a criação do loteamento Vargem Grande, que é aquele grande loteamento que está ao norte do Parque. Então, esse loteamento, ele foi criado aí, no final da década de 80, início da década de 90. Hoje ele tem aí, quase 50 mil pessoas que moram ali. E eu vou falar um pouquinho mais para a frente, ele está sendo alvo do programa Mananciais. Então assim, por ser uma área extremamente delicada, e já ser uma ocupação muito consolidada, ele está sendo alvo aí, desse projeto, ele está sendo reurbanizado, está havendo uma grande regularização fundiária, com recuperação da área de preservação permanente, remoção das pessoas da área de risco. Isso eu vou falar um pouquinho para frente. E tem também um presídio lá dentro da Cratera de Colônia. Então assim, tem um presídio lá dentro, que na época que ele foi... Isso foi concomitante à criação do loteamento Vargem Grande. Na época que ele foi criado, ele tinha uma capacidade aí para quase 800 pessoas, e é também uma questão muito delicada e problemática na Cratera, porque não tem uma condição adequada de saneamento, você tem todo esse afluente aí, das pessoas que habitam ali, o presídio, indo diretamente para os corpos de água, para a Cratera de Colônia. E aí, o que o Leo está colocando aqui, é que toda essa correção aí, do sistema de tratamento de afluentes vai ser contemplado nesse programa que está tratando da urbanização e regularização no bairro Vargem Grande. Então é um problema aí, que graças a Deus, vai ser corrigido. Aí aqui eu vou falar um pouquinho do meio físico. O Plano de Manejo, ele traz uma caracterização do clima, uma caracterização da geomorfologia, apresentando a declividade da Cratera, ele vai trazer a questão das bacias. Então assim, como a gente sabe, a Cratera está dentro da APA do Capivari-Monos, está na bacia do Alto Tietê, está na bacia específica da Billings. Então ele vai falar um pouquinho dessa questão das bacias. Vai explicar que a Cratera, na verdade, ela está ali, em uma fronteira, entre três bacias. Então a gente tem aqui a Cratera de Colônia aqui nesse pedacinho, pertence aqui, à bacia da Billings, fazendo fronteira com a bacia do Guarapiranga, e a bacia do Capivari. Então o Plano de Manejo explica um pouquinho essa questão dos recursos hídricos, traz um pouquinho da geomorfologia. Por que, o que é a Cratera? A gente tem um grande buraco. Mas como é que é esse buraco? A gente tem toda uma borda dessa Cratera, é um relevo colinoso. A gente tem uma série de colinas, ali. E aí temos as colinas que estão voltadas para dentro da Cratera, que a gente chama de borda interna, e essa parte das colinas que estão voltadas para fora. Que é a borda externa, demarcadas aí, por uma cumeeira, por esse mar de morros que faz todo esse anel aqui, da borda da Cratera. Assim, dou destaque para o capítulo que fala da geologia. Então, ele faz todo um



ATA DA 145ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

apanhado das Crateras. Ele faz um cenário de quantas Crateras existe no mundo, ele vai falar que têm 170 Crateras, vai explicar um pouquinho como é que funcionam os estudos, as investigações para reconhecimento dessas áreas. E qual é o cenário que a gente tem no Brasil hoje? Temos cinco Crateras que são reconhecidas de fato. A gente tem ali um atestado, um carimbo dizendo que aquilo é uma Cratera de meteoro, e a gente tem seis Crateras que estão em estudo ainda. A Cratera de Colônia é uma dessas. Então assim, o que acontece com a Cratera? A gente não tem uma evidência assim, de fato, direta, que diga: *"olha, a Cratera de Colônia é resultado de um impacto de meteoro."* Temos uma série de evidências indiretas, que assim... é uma hipótese aí, quase... 99% de certeza, mas falta aquela evidência direta. O que seria essa evidência? A gente precisaria fazer uma sondagem, chegar lá no final da Cratera, passar por aqueles 500 metros de sedimento, chegar lá no final ali, da Cratera, e fazer uma sondagem, conseguir captar algumas rochas que dariam um indicativo de como é que eles chamam aqui? Feições de metamorfismo de impacto. Então, é um tipo de rocha que indicaria esse impacto de meteoro. Isso a gente não tem. Mas o que a gente tem é uma série de indicativos. Então uma relação de profundidade com diâmetro, esse padrão em calotas, circular, e uma série de outras questões aí, muito técnicas, que eu não sei dizer agora, mas que indicam que isso sim, é um impacto de um meteoro. A importância está tanto na origem quanto na sedimentação, e nos registros aí, paleoclimáticos que a gente têm guardados ali. Uma coisa que é importante comentar é que assim, a Cratera de Colônia, ela tem um sistema de drenagem bem particular, por ser uma Cratera. O que acontece? Essa Cratera, quando é formada, ela tem um sistema de drenagem, que a gente chama endorreico. Então assim, toda água que cai ali, ela fica presa ali. Ela só sai por infiltração, ou por evaporação. E ao longo do processo, o que a gente teve? A gente foi tendo um processo de erosão, e aí, uma das bordas dessa Cratera, a gente conseguiu ter um rebaixamento, e a gente consegue, hoje, ter uma saída. Então a gente tem uma via de escoamento dentro dessa Cratera, um exultório, que é o Ribeirão Vermelho. Então toda água que drena ali, das bordas, das paredes dessa Cratera, converge para um único rio, que é o Ribeirão Vermelho, e esse rio vai desaguar no braço Itaquacetuba da Billings. Então, ele tem uma importância muito grande, por ser um tributário da represa. E ele é o único escoamento que a gente tem na Cratera. Daí a importância desse córrego, da gente cuidar da questão de tratamento de afluentes, de poluição, de contaminação. O Plano traz um pouquinho dessa radiografia do meio biótico, então ele vai falar um pouquinho da vegetação, vai descrever as vegetações que a gente tem no Parque. Então assim, o Parque, ele é interessante por quê? Ele é bem fininho, ele é compridinho, você fala: *"Poxa, ele só tem 53 hectares..."* Mas ele tem uma situação peculiar por quê? Ele sai... Então, se a gente pensar aqui na Cratera, no buraco, ele sai lá de cima e ele vai até o meio. Então ele pega toda essa parte. Ele é um corte longitudinal. Qual que é a importância disso, a relevância disso? Ele consegue pegar todos os ecossistemas da Cratera. Porque ele sai de cima, e vai pegando a vegetação que desce a encosta, que é uma vegetação que está em um solo mais seco, em um solo mais pedregoso. Daí ele chega naquela planície, então você já tem uma vegetação muito mais adaptada a uma condição de inundação, uma condição alagadiça, então ele consegue pegar todos os ecossistemas da Cratera, porque ele sai da ponta e chega até o meio. E aí, qual que é a diferença? Então a gente tem quatro tipos de vegetação, que vão variar em função do histórico de perturbação da área, do tempo de regeneração, das condições do solo, da disponibilidade de água. E aí a gente vai ter algumas diferenças. Então a gente vai ter uma variação ali na composição florística, no tipo de espécie que acontece, de espécie que compõe aquela vegetação. O Plano trata disso. A vegetação que a gente tem ali é uma vegetação que já foi bastante mexida. Então a gente não tem uma mata primária ali, dentro da Colônia. A mata que está ali; os remanescentes que estão ali, eles já são remanescentes que se regeneraram. E estão aí, principalmente no estágio inicial e médio de regeneração, convivendo lá com núcleos urbanizados, com a questão da agricultura, a gente não pode perder de vista esse cenário da complexidade. Helena, quanto tempo mais eu tenho?

Coordenadora Helena Magozo: Em quanto tempo você pode sintetizar?



ATA DA 145ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Alice Maria Calado Melges: O tempo que você me falar, eu...

Coordenadora Helena Magozo: Você consegue terminar em dez minutos?

Alice Maria Calado Melges: Consigo. Eu dou uma corridinha.

Coordenadora Helena Magozo: Depois passaremos a palavra aos Conselheiros.

Alice Maria Calado Melges: Está bom. Aqui. O diagnóstico, ele traz também, então, além de toda essa radiografia do meio físico, do meio biológico, ele vai tratar também da diversidade. Então o que a gente vê como ameaça hoje? A questão da urbanização crescente ali na região, poluição dos corpos d'água. É muito afluyente que vai ali, principalmente para o Ribeirão Vermelho. Que a gente já viu que tem um papel importante lá, porque é tributário da Billings. Cultivo, então a gente trata também da ameaça relacionada ao uso de defensivos químicos e agrotóxicos, ali nos proprietários ali, no entorno do Parque. Tudo isso acaba sendo carregado para os corpos d'água. É prejudicial para o corpo d'água, e lá para a represa Billings, para onde ele deságua. Caça, extrativismo, desmatamento, deposição irregular de resíduos, queimadas, os indicadores sociais da região, que são bem alarmantes. A gente tem uma região aí, com um dos piores índices de desenvolvimento humano do município. Então a gente coloca isso também como ameaça à conservação. E aí, eu dou um destaque para as queimadas aqui, que se a gente for pensar em ameaça, a pior ameaça que a gente tem, todo o esforço de conservação vai embora em um minuto. A gente tem uma série de áreas queimadas dentro do Parque. Algumas áreas, a gente sabe... Alguns incêndios têm a ver com práticas de fogo nos proprietários que moram ao lado das propriedades, então, têm o hábito de colocar fogo ou queimada ali na mata, isso acaba avançando para dentro do Parque. E perspectiva o que a gente vê. Então a gente aponta o problema, e aponta aqui, algumas perspectivas, alguns cuidados que a gente precisa ter para tentar minimizar essas ameaças. A questão de conter a expansão dos núcleos urbanos, da gente ter uma agricultura praticada dentro dos preceitos da agroecologia, com menos aplicação de defensivos químicos, programas de incentivo à conservação, voltados à implantação de RPPN, pagamentos por serviços ambientais, para auxiliar, dar incentivos econômicos à conservação dos remanescentes que ainda restam ali na Cratera, e programas de educação ambiental. Aqui é um pouquinho do cenário do uso do solo. Aqui a Cratera, a gente tem o limite da área tombada, e o que a gente tem hoje, principalmente? Campos antrópicos, áreas urbanas e cultivos agrícolas. Diagnóstico socioambiental. Então, tem um capítulo que vai falar sobre o desenvolvimento econômico sustentável. Ele vai falar que tipo de práticas e atividades econômicas são compatíveis com o Parque Natural. Então ele vai trazer o turismo, o artesanato, manifestações culturais, a agricultura, vai falar um pouquinho dos programas e projetos que estão em andamento hoje. Então, ele traz os projetos que foram aprovados pelo FEMA, que tem foco para desenvolvimento local da região, ele vai falar um pouco do "Programa Mananciais", vai trazer o Programa Guarapiranga, que foi implementado pela SVMA...

(fala sem microfone)

Coordenadora Helena Magozo: Alice, precisa gravar. Por favor, outro microfone para a Alice.

Alice Maria Calado Melges: Alô. Agora foi. Então assim, a gente tem um capítulo para mostrar quais são as áreas protegidas dentro do município, e aí, quando a gente fala área protegida, a gente de unidade de conservação, e está falando também das terras indígenas. Então a gente tem aqui, um capítulo que trata só sobre isso, trazendo esse panorama, de áreas protegidas dentro do município. Traz também uma análise da estrutura da paisagem. Então ele mostra a Cratera de Colônia, ele faz uma análise do tamanho desse fragmento, esse fragmento está conectado com outros fragmentos da região? Então assim, embora seja uma área muito pequena, ela tem a sua relevância, porque ela pega todos os ecossistemas da Cratera, e



ATA DA 145ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

está interligada com todo esse maciço ali, que acompanha o (incompreensível) na zona Sul. Tem um capítulo que trata também, falando dessa questão da conectividade, ele aborda aí, a importância da gente pensar não só na conservação do Parque, mas da gente pensar também na conservação dos remanescentes que estão no entorno desse Parque. Então ele fala da importância dos corredores ecológicos. Faz o mapeamento da onde estariam localizados esses corredores, que pega, principalmente, a APA do Capivari e a APA do Bororé. E aí ele traz uma proposta também, de ampliação do Parque. Porque se a gente for pensar no formato do Parque, ele não é um formato ideal para a conservação por ser muito estreito. Tem muita área de borda, então o ideal é que a gente consiga expandir um pouco os limites desse Parque. O Plano traz um pouquinho dessa proposta. Então a ideia seria a gente ter um T ali, essa área demarcada em vermelho seria uma proposta de ampliação. E essa proposta parte da premissa de um mínimo de desapropriação e pegando principalmente, a várzea do Ribeirão Vermelho, que é aquele corpo d'água ali, principal, na Cratera de Colônia. Então o Plano traz um pouquinho dessa proposta. Aqui estão os corredores ecológicos. Aí aqui tem um capítulo que fala um pouquinho de que pé que está o Parque hoje. Então assim, hoje a gente não tem sede, é um Parque que, se vocês forem lá, ele está fechado. Você vai encontrar uma mata. Ele está cercado. Tem sinalização, demarcando os limites. Essa sede não existe hoje, mas daqui a uns 6 meses, ela vai começar a ser construída. Ela vai ser construída por uma compensação ambiental, no âmbito do licenciamento da Linha 17 Ouro do Metrô. Então, a gente já tem uma perspectiva positiva de conseguir abrir o Parque, de conseguir fazer um trabalho de educação ambiental com a população local. E aí, aqui eu vou falar um pouquinho do zoneamento. Então assim, toda unidade de conservação, com exceção da RPPN APA, precisa ter uma zona envoltória, que vai tentar amortecer um pouquinho dos impactos. Essa aqui é a zona de amortecimento do parque, a gente sempre parte de um limite, de um raio de 10 km em volta do Parque, e aí a gente vai refinando esse limite. Excluindo áreas, incluindo áreas... O que é essa zona de amortecimento? No momento em que a gente publicar esse Plano de Manejo, a gente define a zona de amortecimento. Então, essa zona, ela vai ter uma série de normatizações, e de uso do solo, ela vai ter um caráter de proteção, que vai tentar filtrar um pouco, e reduzir um pouco dos impactos que chegariam ao Parque. Aqui a gente tem a zona de amortecimento marcada aqui, em vermelho. Então a gente tem o Parque, a área tombada da Cratera, a zona de amortecimento. E aí, quando a gente fala em zoneamento a gente pensa: zoneamento externo, zona de amortecimento, zoneamento interno, que é aquela questão de você olhar o Parque, dividir o Parque em setores, ver quais são as áreas mais conservadas, que a gente vai deixar mais íntegras, que a gente vai ter menos visitação, as áreas que estão mais perturbadas, mais antropizadas, que a gente pode ter mais visitação. Essa aqui é a proposta. Como eu falei, a gente fez um ajuste na proposta apresentada pela Neocorp. Essa aqui já é a proposta com os ajustes propostos por nós. Aqui, as zonas que contemplam esse zoneamento. Eu não vou entrar muito no detalhe, mas são zonas mais permissivas e mais restritivas. Então se a gente for de cima para baixo, a gente parte de um cenário de menos uso, mais conservação, chegando a um cenário de mais uso. Uso mais intensivo. Onde a gente pode ter sede, pode ter mais trilhas. Então esse aqui é o zoneamento. Aí aqui, uma justificativa das nossas alterações, que eu não vou entrar no mérito, por conta do tempo. Mas a ideia é assim: a gente tinha alguns ecossistemas muito peculiares como a encosta, que é onde a gente tem a mata mais bacana, que está em regeneração há mais tempo, e a vegetação mais próxima ao Ribeirão Vermelho. Essas vegetações, esses ecossistemas estavam completamente engessados no zoneamento proposto pela Neocorp, por serem áreas muito sensíveis. Só que se a gente for olhar para aquele roteiro metodológico que eu falei, do IBAMA, o que esse roteiro diz? Que essas áreas vulneráveis e sensíveis, elas têm que estar protegidas sim, em zonas restritivas, mas parte delas tem que ser abertas à população, até para mostrar o que justificou a criação daquele Parque. Então para você conseguir desenvolver atividade de educação ambiental. Então, o que a gente fez, foi pegar essas áreas que estavam completamente engessadas e permitir, delimitar uma parte dessas áreas para algum tipo de uso, de educação ambiental. Os programas de gestão. São 8 programas de gestão, programas de pesquisa científica, educação ambiental, regularização fundiária, recuperação,



ATA DA 145ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

controle ambiental, manutenção, visitação e comunicação visual. O que é isso? Depois que a gente mostrou o diagnóstico, mostrou o zoneamento, a gente precisa mostrar o que a gente quer fazer naquela área. Esse "fazer", a gente categoriza nesses programas aqui. A questão da pesquisa, então, ele traz os objetivos que as pesquisas devem ser voltadas tanto para manutenção e preservação dos recursos ambientais, dos serviços ambientais, mas devem ser focadas também na parte social, na questão da interação socioambiental. A gente precisa ter pesquisas voltadas também para essa ocupação ali do entorno. Pesquisas voltadas às atividades agrícolas dentro desse conceito da agroecologia, estudos de cunho social, elaboração de banco de dados. O que a gente precisa fazer quando a gente pensa em pesquisa. Já estou quase terminando. Aí, dentro do programa de regularização, então ele coloca que é preciso conhecer a situação fundiária das áreas do entorno da UC. Tanto quanto a gente pensa para ampliação das áreas do Parque, como para pensar na inclusão desses proprietários dentro de projetos socioambientais. Então muitas vezes, a pessoa não tem uma situação fundiária certa, legal, ela não consegue pleitear alguns benefícios em alguns projetos. Então, a idéia é conhecer essa região, para que a gente consiga pensar em regularização fundiária, pensar em projeto, pensar em ampliação das áreas do Parque. Recuperação ambiental. Então um programa para dizer quais são as áreas mais sensíveis, que diretrizes a gente precisa ter no momento de recuperar as áreas. Isso tudo consta no documento. A questão da gente pensar em questão de áreas prioritárias. Controle ambiental, ele vai tratar um pouquinho da fiscalização, dar diretrizes para a fiscalização dessa área, então pensando no contrato de vigilância, pensando em uma fiscalização integrada com os órgãos da fiscalização. Ele fala da visitação. Dos preceitos da visitação. Algumas diretrizes que a gente precisa ter. Então monitoramento de impactos, capacitação de profissionais, programa de valorização e da diversidade cultural, inclusão do Parque em programas e roteiros turísticos que contemplem a APA do Bororé e a APA do Capivari, implantação de trilhas suspensas. Ele traz aí, uma série de diretrizes. E acabou. É isso, gente. Então, finalizado.

Coordenadora Helena Magozo: Uma perguntinha. O Plano de Manejo está disponível por via eletrônica para quem estiver interessado em conhecer na sua íntegra?

Alice Maria Calado Melges: Ainda não está. Porque assim, ele foi aprovado agora, no Conselho da APA do Capivari. Vai ser referendado por vocês, mas acho que dentro de poucas semanas, ele vai estar disponível...

Coordenadora Helena Magozo: Então anuncia para a gente. A gente passa para todos os Conselheiros, que acho que é bastante interessante, para os Conselheiros conhecerem com profundidade, as questões que você indicou, todas elas. Obrigada.

Alice Maria Calado Melges: Está ótimo. Obrigada.

Coordenadora Helena Magozo: Então agora, nós vamos para os Conselheiros inscritos. Abel, por favor.

Cons. Abel: Alice, parabéns aí, pela apresentação. Eu sou Conselheiro da Leste 2, e conheço muito pouco. Não sei se meu colega, nosso Conselheiro representante está aí. Eu queria fazer três perguntas para você. Primeiro: não existe sistema de tratamento de esgoto dentro, no entorno do Bororé, concorda? Capivari?

Alice Maria Calado Melges: Do Parque, hoje, não.

Cons. Abel: Não, não é?

Alice Maria Calado Melges: Não.



ATA DA 145ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Cons. Abel: Certo. Outra coisa, o presídio, quando foi montado... o presídio, ficaram em dúvida o que iam fazer com o presídio. E até hoje não tomaram providência nenhuma, está certo? É isso ou não é?

Alice Maria Calado Melges: É. O presídio está lá. Ele foi criado no início da década de 90, e já está lá há algumas décadas...

Cons. Abel: Mas quando foi criada a APA, Alice, era para ter remoção do presídio, concorda comigo, ou não? Eu tenho jornal que...

Alice Maria Calado Melges: É. Esse detalhe eu não sei te falar.

Cons. Abel: Outra coisa que eu quero te falar. Então quando chove, você falou que inunda, está certo? Ou ele vai pelo córrego Vermelho e vai cair na Guarapiranga ou na Billings.

Alice Maria Calado Melges: Na Billings.

Cons. Abel: Na Billings, está certo. Sem tratamento nenhum. Concorda comigo ou não? Então é isso mesmo?

Alice Maria Calado Melges: É isso. Hoje a situação é essa. A gente não tem tratamento de esgoto, a gente tem um grande loteamento lá, que tem um número grande de pessoas. A gente tem o presídio, que tem toda essa questão complexa. Exatamente por isso, por ser uma situação consolidada, que está em uma área bastante delicada, ele está sendo alvo sim, de um projeto de urbanização, de regularização, de saneamento, então a gente...

(fala sem microfone)

Alice Maria Calado Melges: Está sendo implantada. Está sendo implantada.

Cons. Abel: Não. É que passaram 6 anos de governo Kassab, e desde os 6 anos que foi criada a APA, e não saiu do pedestal. Ficou nisso. Desculpa. Não é você. Eu estou falando do projeto que foi criado a APA. Eu faço parte da APA da Várzea do Tietê, está certo? Que não tem nada a ver. É outra várzea. Mas eu me interessei por esse problema desde que foi criada essa APA, eu comecei a acompanhar mesmo de longe, e não estando de perto e conhecendo direito. Obrigado, é só isso.

Cons. Carlos Fortner: Só fazer uma intervenção rapidinho, Abel. Eu acho que você não conhece a área direitinho, lá, não é? Da Cratera, não...

Cons. Abel: Conheço muito pouco.

Carlos Fortner: Muito pouco. Tem intervenção ali, da SEHAB, no "Programa Mananciais", onde tem toda uma questão de reurbanização da área. Além de reurbanização, tem reurbanização fundiária, está sendo feita a... o reassentamento das pessoas que moram dentro de área de proteção, e assim por diante. Mas a questão do esgoto, primeiro, é uma questão estadual, porque é SABESP. Segundo, tem sido feito, sim. Em 2009, quando eu estava lá de Subprefeito, em Parelheiros, já tinha iniciativa da SABESP. Já tinha as primeiras obras das estações elevatórias. São estações elevatórias. O tratamento não pode ser feito dentro da APA. Então esse esgoto que é gerado por essas 30, 40 ou 50 mil pessoas, que ninguém sabe ao certo se... não existe um cadastro certo disso aí, mas deve ser uma coisa em torno de 40 mil. Agora, uns falam até 50, como a Alice falou. Esse esgoto, ele é tratado em Barueri. Então, 60 km de distância. Então, tem



ATA DA 145ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

uma série de estações elevatórias. Grande parte delas já está pronta. Já está até em operação, não é Leo. Não sei, eu precisaria me atualizar. Ainda não está em operação. Mas está finalizando. E esse esgoto todo, ele é bombeado ao longo do Rio Pinheiros, e chega até na estação de tratamento de Barueri. Isso aqui serve só para a gente entender um pouco. Essa população nunca deveria estar lá, em primeiro lugar. Só que já está lá dentro. O presídio nunca deveria estar lá. Só que já está lá dentro. E todo custo que tem isso, bombear o esgoto para ser tratado em Barueri, no município vizinho, o esgoto é gerado em São Paulo, tem que ser tratado em Barueri... São essas excrescências que têm, de décadas passadas aí, que a gente está tentando corrigir. Então é importante ressaltar isso. Não é que não tem nada feito, lá, que passaram 6 anos ou 8 anos, ou quanto foi. Tem iniciativa sim. É uma iniciativa estadual, é SABESP, porque esgoto é SABESP, e tem essa série de estações elevatórias. Se não me engano, são 12, não é, Leo, estações elevatórias? Acho que são 12 estações, para bombear o esgoto todo até Barueri. Então, só para esclarecer isso.

Cons. Abel: Não. É isso que eu estou falando. São 12. São 12. Mas não está ainda...

Coordenadora Helena Magozo: Está em operação. Isso que ele está falando. Mas têm iniciativas, no sentido de...

Cons. Abel: Desculpa. Não é minha área. E estou metendo o bedelho. É só porque...

Coordenadora Helena Magozo: Não, você pode falar, é para falar, mesmo. Por favor, Ros Mari?

Cons. Ros Mari: Bom dia a todos e a todas. Ros Mari. Se não me falha a memória, a SABESP tem uma área lá, não é? Próxima.

Leo: É mais para frente, é a Fazenda Capivari.

Cons. Ros Mari: Fazenda Capivari. Exatamente. Aliás, diga-se de passagem, esse assunto é antigo. A questão da preservação da Cratera de Colônia vem de d'antanho. A gente ouve isso desde que o mundo é mundo. E eu lembro inclusive, que teve uma época em que a SABESP, em função dos problemas ali, ocasionados na área, ela havia se proposto, inclusive, a pagar a execução da Sede do Parque. Agora eu estou vendo que já estão vendo aí, uma compensação ambiental, ou seja, a SABESP sempre deixou muito a desejar, no que tange, não só à solução tecnológica para a questão do esgotamento sanitário lá, como no passado se predispôs a concretizar o Plano de Manejo do Parque, que não é o primeiro. Esse é mais um de vários que já ocorreram, e nunca, na verdade, concretizou. Bom, eu tenho essa questão da SABESP. E a segunda questão do tombamento, que o colega aqui da Secretaria Municipal de Cultura se encontra, que também já é um caso que vem há muito. De d'antanho. Eu estou cansada de lembrar que a Cratera foi tombada pelo CONDEPHAAT, e ainda estão os estudos no CONPRESP. Então eu acho que, como Conselheiros, nós temos que ter proposições objetivas. E a proposição objetiva que eu faço é a seguinte: que esse assunto do tombamento seja resolvido com a brevidade que o caso requer pelo CONPRESP. Isso já é uma história de longa data. Não há mais discussão e nem desculpa a se utilizar, até porque se está se propondo um Plano de Manejo, isso para mim, é condição *sine qua non*. Quer dizer, é uma coisa fundamental. Se foi tombado pelo CONDEPHAAT, o CONPRESP tem que resolver esse assunto. Porque Planos de Manejo, esse não é o primeiro. E eu espero que seja o último. Porque senão, nós vamos ter, daqui já tiveram vários, mais um Plano de Manejo, e sempre com a questão do CONPRESP não ter tombado, ou não ter resolvido esse problema. Então a minha proposta objetiva é que haja uma formalização de um pedido do Conselho, para que essa questão seja resolvida com a brevidade que o caso requer, independente de qual seja a resposta. O que não dá, é para ficar essa história rolando ao longo do tempo, e nunca se resolve esse caso. Então é essa questão básica do tombamento pelo CONPRESP, a



ATA DA 145ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

questão da SABESP, que eu acho que poderia estar inclusive, envolvida, contribuindo mais nesse plano de manejo. E um último ponto que eu gostaria de salientar, é que a aprovação do plano de manejo, que me parece bastante correto, feito pela Secretaria, ele vai ser colocado em votação hoje, e no caso específico, no meu caso específico, eu vou votar sob condição. Porque eu não li o Plano de Manejo, e eu vi inclusive, que tem áreas propostas em que vai haver desapropriação, eu vou querer saber em detalhes qual é a área, o quanto. Então, vocês hão de convir comigo que não posso aprovar uma coisa que eu não tenha, inclusive, lido antes, e o plano não está nem disponibilizado. Então essa aprovação, ainda que eu entenda a importância...

Coordenadora Helena Magozo: Não é aprovação, Ros Mari.

Cons. Ros Mari: É o quê?

Coordenadora Helena Magozo: Não tem aprovação. Eles estão apresentando para informação. Foi aprovado no Conselho Gestor.

Cons. Ros Mari: Ah, é só informação?

Coordenadora Helena Magozo: Outro esclarecimento que eu preciso fazer, aproveitando. Nunca foi apresentado aqui esse plano de manejo, senão eu estou submetendo a uma situação...

Cons. Ros Mari: Não, não. Nunca foi apresentado.

Coordenadora Helena Magozo: Nunca.

Cons. Ros Mari: Não. É que ocorreram outros planos de manejo no passado.

Coordenadora Helena Magozo: Outros, de outras áreas. É bom deixar claro.

Cons. Ros Mari: Aqui, não. Aqui não. Então ok. Então, quando isso vier para apresentação, obviamente vocês vão disponibilizar depois nós vamos olhar isso com cuidado. Mas eu ainda acho que competiria à SABESP ter um papel mais efetivo nisso, inclusive com recursos financeiros, porque no passado, até, ela estava disposta a fazer a sede do parque. Eu lembro que, inclusive, a solução que ia ser encontrada na época, era se fazer de madeira, com sistemas construtivos em madeira, como são feitas nas áreas de preservação do interior, na região do Vale do Ribeira, e isso acabou passando ao largo. Nada se concretizou. Em que pese ter sido feito, inclusive, projetos, que eu, inclusive, cheguei, à época, a considerar. Então eu acho que vocês deveriam estar pensando em uma parceria mais efetiva com a SABESP.

Coordenadora Helena Magozo: Walter Pires, por favor?

Cons. Walter Pires: Bom dia a todos. Inicialmente, eu queria parabenizar a Secretaria do Verde, a equipe do DEPAVE, a equipe técnica da Secretaria e os realizadores do estudo do plano de manejo do Parque, bem como da proposta de criação dessa unidade de conservação. Obrigado. E parabenizar pelo seguinte sentido, também: porque é uma área muito complexa e muito delicada. Se fosse uma área simplesmente natural, já seria uma área de difícil gestão, difícil entendimento, difícil pesquisa. Contudo, uma área que tem uma peculiaridade geográfica, geológica, territorial, ainda tomada, em parte, por equipamentos, por loteamentos de grande porte, complexos agressivos, de certa maneira, ao ambiente. É realmente, uma façanha muito complexa, realmente, gerenciar tudo isso, e chegar em propostas bastante coerentes.



ATA DA 145ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Analisando do ponto de vista da preservação, e como foi colocado pela conselheira Ros Mari, que comentou o processo (incompreensível) do CONPRESP, eu queria dar algumas informações, e pontuar um pouco, o que poderá ser a consequência disso. Primeiro, o tombamento foi aberto em paralelo ao tombamento do CONDEPHAAT, na mesma época, em função, exatamente, dos riscos que haviam de preservação ambiental do conjunto da Cratera. Apesar de estar localizado em uma área de mananciais, realmente, há intervenções pontuais como o presídio citado e o avanço do loteamento da Vargem Grande, que poderia comprometer definitivamente a preservação, os aspectos geológicos, geomorfológicos, e de resquícios, enfim, documentais até, do passado, da ocupação desse território. Então nesse sentido, o CONPRESP, o Departamento de Patrimônio Histórico veio acompanhando a evolução desses estudos. Eu acho que o fato do CONPRESP ter demorado, até, enfim, ter adiado a decisão pelo tombamento definitivo da Cratera, apesar dela estar protegida provisoriamente. E as intervenções que ocorreram desde a abertura do processo de tombamento, tendo sido encaminhadas, pelo menos pelo poder público, para a análise do CONPRESP lembraria algumas intervenções em alguns projetos que foram desenvolvidos pela SEHAB, pela Área de Habitação, por HAB, no sentido de controlar a expansão do loteamento, devolver áreas do loteamento à área de recuperação ambiental, à inserção da infraestrutura necessária para melhoria das condições ambientais aqui no loteamento. Enfim, uma série de intervenções que poder público vem fazendo ao longo desses anos, foram apresentadas ao Conselho, ao Departamento, e foram objeto de discussão. Lembro também que alguns projetos de ocupação do Parque também já foram discutidos e apresentados ao DPH. Então, nesse sentido, o fato de ter havido estudos nesses últimos anos, tanto pela Secretaria do Verde como por outras Secretarias da Prefeitura, permitiu ter um diagnóstico, uma percepção melhor, da utilização que a Cratera pode ter, deve ter, do ponto de vista ambiental e do ponto de vista de manutenção daquele loteamento de maneira controlada, e adequadamente protegida. Isso pode ser incorporado às diretrizes de tombamento definitivo pelo CONPRESP. Aliás, é um compromisso importante que seja feito, e inclui as diretrizes que vêm sendo discutidas no Conselho Gestor da APA, do Plano de Manejo, que vem sendo agora, finalizado, e do próprio conjunto de intervenções que o Programa Mananciais tem elaborado. Então, nesse sentido, a incorporação dessas diretrizes deve ser uma regra importante para o texto final da resolução, atualmente, do CONPRESP. A resolução do CONDEPHAAT, ela é mais genérica, até porque ela foi decidida em um momento anterior, ainda sem os estudos mais detalhados que foram expostos aqui. Então, nesse sentido, além da inclusão das diretrizes na resolução do CONPRESP, há um compromisso das áreas técnicas do DPH, e da UPPH, que é o órgão técnico do CONDEPHAAT, de haver uma articulação, no sentido de abordarem as intervenções futuras. E o próprio destino desse Parque de maneira mais articulada. Acho fundamental que o Parque seja, realmente, criado. Seja consolidado, ampliado até, porque ele deve ser o espaço de articulação das próprias instituições de tombamento naquele local. O DPH e o PPH não têm condições técnicas de estabelecer uma ponta de fiscalização, ou de ação cotidiana e frequentes naquela área. Então o fato de nós termos um Parque público municipal, gerenciado por uma Secretaria pública, ele pode ser o espaço de difusão da questão, não só do meio ambiente, mas questões que envolvem também o tombamento, as questões de educação ambiental, e até de fiscalização e valorização daquela área. Lembrei que o tombamento é um instrumento complementar, nesse caso, a outras medidas legais que existem de proteção dessa área. Ele reconhece valores. Então nesse sentido, eu acho que é um aspecto muito interessante, que o Parque pode ser um ambiente de educação e difusão desses valores, que o tombamento está ajudando a consolidar, a reforçar, enfim, como medida de proteção e de reconhecimento. Acho que, em princípio, seria isso. Acho que realmente, é parabenizar. Eu acho que talvez, convidar, também, a equipe técnica da Secretaria do Verde, a apresentar, para o CONPRESP, para o CONDEPHAAT, os estudos já finalizados do Plano de Manejo. E até, enriquecer um pouco, a discussão que levará à decisão final de tombamento, pelo CONPRESP. É isso que eu posso, nesse momento, colocar. O processo está em aberto, como foi colocado aqui. Foi apresentado recentemente, há uns três meses atrás, a proposta de regulação do loteamento da Vargem Grande, inclusive com a intervenção e criação de alguns parques lineares, parques ligados ao meio urbanizado já,



ATA DA 145ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

da borda interna da Cratera. Isso foi apresentado ao Conselho, está sendo analisado também, pela área técnica, e acho que a gente pode imaginar, em um certo prazo, relativamente curto, que, incorporando essas diretrizes todas, o tombamento definitivo possa ser finalizado pelo Conselho. Obrigado.

Coordenadora Helena Magozo: Abel, Ros Mari, depois o vereador Natalini.

Cons. Abel: Mais uma vez eu queria elogiar a Alice. Alice, a SABESP sempre foi parceira da APA, você concorda? Isso... Ela é membro, ela faz parte disso. Agora, com esse retorno financeiro do metrô, advindo da Linha 17, você diz que pelo menos vão construir a sede, que vai poder administrar o Parque, e vai estar "in loco" dentro do Parque. É isso? Então está bom. E o metrô não tem previsão desse retorno financeiro para construir a sede dentro da APA?

(fala fora do microfone)

Coordenadora Helena Magozo: Alice, por favor, fala no microfone, senão depois, a ata fica incompleta.

Alice Maria Calado Melges: As tratativas junto ao metrô já estão sendo feitas. A gente acredita que daqui a uns seis meses as obras já tenham início, e a previsão aí, de execução de obras é em torno de um ano e meio. Então o metrô, agora, está nessa fase de subcontratação, a gente já passou todos os projetos, todas as plantas. A gente está em diálogo, e a previsão é essa: daqui seis meses, iniciar, e um ano e meio de obras.

Cons. Abel: Certo. Então eu queria deixar aqui, à disposição... pelo menos esse Conselheiro está aqui à disposição, para ajudar nessa cobrança, se precisar.

Alice Maria Calado Melges: Até o momento, eu acho que as coisas estão transcorrendo com tranquilidade.

Cons. Abel: Então está bom.

Coordenadora Helena Magozo: Ros Mari, por favor.

Cons. Ros Mari: Eu tenho uma pergunta, Walter. Por gentileza. A incorporação das diretrizes que foram apresentadas pelo Plano de Manejo, que na verdade, são amplas diretrizes, e foram contempladas nos vários planos de manejo realizados ao longo do tempo, em relação a esse assunto, Eu gostaria de saber, Walter, se para que o CONPRESP incorpore na sua resolução, as diretrizes emanadas dessa proposta, é necessário que haja, antes, a aprovação desse Plano de Manejo ou não?

Cons. Walter Pires: Eu acho que era importante que ele fosse aprovado realmente, já que ele é resultado de um estudo detalhado, minucioso, que diagnostica uma parte com mais detalhamento, uma faixa, digamos, da Cratera, mas analisa também, o contexto geral da própria Cratera e a sua vizinhança imediata, essa área de amortecimento, enfim. São elementos que são fundamentais. Lembraria que o Departamento de Patrimônio Histórico não tem uma equipe técnica especializada na área de biologia, de botânica, enfim, de área ambiental. Então, nesse sentido, a contribuição dos departamentos da Secretaria do Verde é fundamental para enriquecer e consolidar as diretrizes do tombamento. Eu lembrei que o tombamento também é um elemento complementar, como eu já me referi, ao conjunto das medidas de proteção. Ele não é exclusivo e definidor total de todas as regras. Ele tem que analisar certos aspectos do processo de preservação daquele ambiente, que são os valores que a sociedade está atribuindo àquele espaço, e que merece ser objeto de uma proteção permanente. Então, esse é o perfil que uma instituição, atualmente,



ATA DA 145ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

deve abordar. Nesse sentido, a aprovação do Plano de Manejo, a aprovação dos projetos que a Secretaria de Habitação, as outras áreas de governo municipal e estadual estão configurando para aquela área, são importantes para incorporação como diretrizes de longo prazo para o manejo da Cratera. Eu lembraria que a Cratera e o tombamento do CONDEPHAAT também indica isso, ela tangencia, ela toca, a área tombada da Serra do Mar, em um certo trecho, ao sul da Cratera. Então, nesse sentido também, é interessante discutir, com o CONDEPHAAT, aspectos do próprio tombamento da Serra do Mar e a vinculação que teria com a Cratera, do ponto de vista de tombamento. Não das outras questões que envolvem o meio ambiente, que já deve ter sido bastante aprofundado. Então eu acho que é importante que haja, realmente, a aprovação, a formalização do plano de manejo, e da própria consolidação do Parque, para favorecer o próprio tombamento. Acho que isso importante.

Cons. Ros Mari: Então, só complementando, Helena, essa era minha preocupação. Eu gostaria de fazer uma proposta objetiva, que a questão da aprovação do Plano de Manejo seja colocada como futura pauta aqui, do CADES. Acho que já é importante que isso conste em ata, porque me parece que essa análise e aprovação por parte do Conselho é fundamental, inclusive, para agilizar o processo de tombamento pelo CONDEPHAAT. Daí porque eu fiz essa pergunta ao Walter. Se não houvesse a aprovação, o próprio CONPRESP fica de mãos amarradas, e aí...

Coordenadora Helena Magozo: Só um pouquinho. Deixa eu... Se a gente for fazer par e passo com outro processo...

Cons. Ros Mari: Não, não.

Coordenadora Helena Magozo: Vamos conversar aqui, não é? Realmente, em termos legais, pela SNUC, tudo, é o Conselho Gestor da APA que é o órgão encarregado e aprovou. No outro Plano de Manejo apresentado aqui, da outra APA, Ros Mari, o que aconteceu? O próprio Conselho propôs uma moção de apoio ao Plano de Manejo da outra APA. O Conselho não tem a atribuição, nem é condição estar aprovando. Naquele momento, para fortalecer, nesse sentido que você está falando, o Conselho achou importante, eu me lembro até que foi uma proposta da Vilma, se eu não me engano, ela falou assim: "*eu queria propor uma moção de apoio...*", porque a moção de apoio do CADES fortalece o instrumento de Manejo. Então está aberta essa questão. Está bom? É uma moção de apoio.

Cons. Ros Mari: Certo. Está claro. Está claro.

Leo Malagoli: Justamente, Helena. Era uma aprovação, uma moção de apoio aos programas, da importância dos programas conversarem, justamente, com as outras instâncias, que acho que é o que a Ros Mari está falando. E foi o que aconteceu na época da APA.

Coordenadora Helena Magozo: Mas até para isso, Ros Mari, mas até para essa moção de apoio, eu acho que podemos... Não vai atrapalhar em nada porque já tem... a gente faz para a próxima reunião, pauta para a próxima reunião, disponibiliza todo o material, e votamos, mesmo se for a moção, que também é uma... na próxima reunião. Não há problema, está bom?

Cons. Ros Mari: Não. Mais fácil ainda. Independente da moção de apoio, que isso é outro departamento. Pelo teu esclarecimento, me fica claro que é mais tranquilo ainda. Se o Plano de Manejo, não os programas, o Plano de Manejo que contempla os programas, foi aprovado pelo Conselho Gestor da APA, a mim me parece, Walter, que essa conversa com o CONPRESP já pode ser imediatamente feita. Essa era minha preocupação. Por isso eu fiz a pergunta ao Walter. Eu desconhecia se, no trâmite burocrático, era necessária uma aprovação do CADES. Já me foi respondido que não. Em não sendo, melhor. Já foi



ATA DA 145ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

aprovado pelo Conselho Gestor, eu acho que agora é arregaçar as mangas, conversar com o CONPRESP, apresentar as diretrizes que foram colocadas por vocês no Plano de Manejo, e já dar continuidade no CONPRESP ao processo futuro de tombamento. Então, isso me parece claro. Então, são duas coisas diferentes: a relação vocês com o CONPRESP não depende nem do CADES, nem de moção de apoio. Moção de apoio é outro departamento. Se porventura acharmos... Então eu proponho duas coisas: primeiro, que essa conversa se dê com a brevidade que o caso requer. Porque cada vez, essa região está mais fragilizada, cada vez mais ocupada, não precisamos nem entrar no mérito, porque todo mundo já sabe. Esse é o ponto 1. Que essa conversa seja feita com a brevidade que o caso requer. E segundo, se o Conselho achar pertinente fazermos uma moção para apoiar a tramitação mais rápida do próprio Plano de Manejo, isso, sem sombra de dúvida, é uma coisa importante também. Não temos nem o que nos opor. Mas é bom que uma coisa, não necessariamente, dependa da outra. Obrigada, Helena.

Cons. Walter Pires: Só queria esclarecer o seguinte, e concordando com a Ros Mari, na realidade, quando falo em aprovação, não é necessariamente do CADES. É formalizar e oficializar, pela Prefeitura, que o Plano de Manejo está, enfim, está íntegro e está aprovado. É o Conselho Gestor que faz isso. No Conselho Gestor tem representação da própria Secretaria de Cultura, o DPH, que acompanha as discussões, já foi feito o debate, então eu acho que... no sentido de que a formalização e a oficialização desse plano pode contribuir para também, a finalização do tombamento. Isso eu concordo. Segunda questão, só um ajuste, me parece que tem havido um controle bastante forte, nos últimos anos, impedindo que houvesse uma ampliação do loteamento da Vargem Grande. Nesse sentido, acho que tem havido um compromisso, inclusive com os moradores, com associações representativas do Vargem Grande, no sentido de haver uma expansão ainda maior, ao contrário, os projetos prevêm uma diminuição da área urbanizada, principalmente na parte mais baixa, próxima do córrego, evitando o impacto maior daquilo, e os programas de infraestrutura vão minimizar, a longo prazo, esses impactos também. É isso que eu queria aclarar. Obrigado.

Leo Malagoli: Certo. Só para dizer agora o que vai acontecer em relação ao Plano de Manejo, essa apresentação no CADES, aqui, foi muito importante. Após essa apresentação a gente já tem uma minuta de portaria, e é essa minuta de portaria, que vai ser, então, assinada pelo Secretário Eduardo Jorge, que o Plano então, é reconhecido. Só para vocês entenderem os fins. É isso.

Orador não identificado: Essa minuta demora muito?

Leo Malagoli: Não. Essa minuta já está mais ou menos desenhada. A gente precisa só... É uma minuta que contém os programas, e o plano...

Coordenadora Helena Magozo: Eu vou passar para o Natalini, depois eu te passo de novo.

Vereador Natalini: Bom dia a todos, a todas. A gente fica muito feliz quando participa de uma discussão ou de um trabalho de criação de Parques. Na região Sul, esse Parque é extremamente importante. Quanto mais parques tiver naquela região do extremo sul, Parelheiros, para São Paulo, é extremamente importante. É fundamental. A gente tem acompanhado, tem participado da criação de vários Parques na zona Sul. Na orla da represa de Guarapiranga, são muitos. Acho que se eu não me engano, são 9. O Parque Sete Campos, é o primeiro parque público da região de Pedreira, ali na Cidade Ademar, e agora, a última novidade que nós tivemos, boa, para aquela região, foi o DUP que o prefeito assinou, congelando lá, reservando, um milhão de metros quadrados da chamada Fazenda dos Búfalos, que é do lado de cá das margens da Billings. Eu acompanhei o início daquela ocupação, um tanto desolado, já faz bastante tempo, e aquela ocupação da Cratera foi comandada por um casal que dirigia essa UNIFAG, Cipriana e Tranquilo, o



ATA DA 145ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

nome deles, na época. Ela já falecida, e ele ainda é vivo, o Tranquilo. Foi, inclusive, candidato a vereador agora, nas últimas eleições. E aquilo foi realmente uma coisa desoladora. Porque eles foram entrando, foram derrubando a mata e foram ocupando. Depois nós acompanhamos também, a implantação do bairro. Um sofrimento enorme, porque uma população grande, muito pobre, e vagarosamente, eles foram, através de uma associação comandada pelo senhor Sebastião, que eu acho que ainda está lá, até hoje, eles foram conquistando algumas melhorias, algumas coisas para o bairro, conquistaram quadras, conquistaram duas escolas, água que não tinha, furaram lá um poço artesiano. Eu queria dizer que eu queria parabenizar vocês pelo trabalho que vocês apresentam, a equipe toda, você pessoalmente. Falar que a gente fica muito feliz da criação do Parque, de mais esse. Existem muitas áreas naquela região, e regiões mais para cá, no bairro M^oBoi Mirim, por exemplo, existem áreas enormes, áreas de mata fechada, áreas grandes que também são passíveis de se transformar em Parque, e a preocupação nossa é sempre estar lutando para que a cidade amplie essas áreas de Parque, porque são áreas de preservação. E queria perguntar para você, por fim, quanto hoje, eu não tenho esse número, quanto de ocupação efetiva está dentro da Cratera? Quantos por cento, da área da Cratera hoje é um bairro, está lá ocupado? Uma segunda pergunta é se vocês detectam que essa ocupação esteja progredindo, mesmo que seja vegetativamente. Se há progressão dessa ocupação, ou se ela está contida nos limites do que, há poucos anos atrás, a gente conhecia? Duas perguntas, então. Obrigado.

Alice Maria Calado Melges: Então assim, se a gente for pensar em núcleo urbanizado, a gente tem hoje, mais ou menos cerca de 12% da Cratera com núcleo urbanizado. E aí tem também, toda a parte dos cultivos agrícolas, que devem somar, mais uns 12%. Eu acho que a gente tem aí cerca de 30% da Cratera com ocupação. Algum tipo de ocupação. Seja através de núcleo mais urbanizado, seja através de agricultura, que já tem, aí, um impacto um pouco menor, e aí você está me questionando a respeito do crescimento. O que a gente sabe é que o bairro Vargem Grande não está congelado. Então se a gente acompanha os dados, a gente percebe que há, sim, um crescimento. Há um crescimento, não horizontal. Mas em termos populacionais a gente sabe que ele está sim, crescendo, ele está sim, aumentando.

Coordenadora Helena Magozo: Ros Mari, depois o Carlos.

Cons. Ros Mari: Só uma coisa que me lembrei agora. Eu acho que vale a pena destacar aqui. Eu acho que valeria a pena, para vocês pensarem, e aí, a própria universidade poderia ajudar. Naquele programa de pesquisa, que diz respeito a toda pesquisa paleoclimática, dos sedimentos da Cratera, eu acho que nós teríamos condições de fazer um projeto com a FAPESP e com a Universidade de São Paulo. Em especial, o Departamento de Geologia. Eu acho que isso é uma coisa que não é difícil de se conseguir. Exige, enfim, uma vontade de estabelecer uma parceria, mas eu digo isso porque, recentemente, em uma palestra no IPT, do doutor Brito Cruz, que é o diretor científico da FAPESP, ele falou da abertura dessas pesquisas nessa área de paleoclima etc., onde eu acho que se encaixa perfeitamente, a preocupação de vocês em relação à Cratera. Então eu acho que vale a pena pensar nisso, e a gente até se dispõe a ajudar, se for o caso, se for julgado pertinente, para começar a pautar esse tipo de discussão na universidade e na própria FAPESP, porque é uma coisa que vai ter que ser feita pela Universidade. Se não for por lá, a gente não consegue fazer por outro lado. Então fica aí a proposta, de nós tentarmos, em parceria, ver se nós conseguimos esse trabalho com as agências de fomento.

Alice Maria Calado Melges: Sobre isso que você está colocando, existe um pesquisador da IASH, ali da zona leste, da UPS Leste. Ele chama Vitor Velásquez. Então assim, ele conseguiu um financiamento junto à FAPESP, eu acho que foi um edital que era em parceria da FAPESP com o CONDEPHAAT, se eu não me engano, e ele pleiteou lá, um edital, e conseguiu. Ele tem um projeto de pesquisa aprovado. Então assim, há anos ele pesquisa a Cratera de Colônia, e recentemente, ele conseguiu pleitear esse recurso, e ele esta



ATA DA 145ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

desenvolvendo projetos de pesquisa na região, principalmente com foco na conservação. Então a gente está em contato com ele, a gente está tentando aproximar essa relação. A gente já teve algumas reuniões. Ele tem uma série de alunos que estão pesquisando a região, e com esse enfoque de pesquisas focadas na conservação. Tanto voltadas para a questão do meio físico, quanto voltadas para a questão da educação ambiental. Então, essa parceria, ela já está em andamento.

Cons. Ros Mari: Certo. Certo. Seria interessante ver, porque eu não estou falando nesse sentido, de conservação. Estou falando no sentido do estudo palioclimático, mesmo, dos sedimentos, é outra coisa. Eu acho que o que ele está fazendo é uma vertente super importante, mas a FAPESP poderia estar investindo na outra vertente, que tem muito a ver com a preocupação do Walter Pires. No momento em que você caracterizar a importância geológica e geomorfológica disso, em termos até de turismo. Lembro que em demais países do mundo, as Crateras feitas por meteoros são foco de turismo. Então eu acho que seria interessante saber o que ele está fazendo, e em quais outras vertentes a agência de fomento poderia estar ajudando a investir, para acelerar esse trabalho. Fica aí como proposta.

Alice Maria Calado Melges: Queria só fazer uma observação, que é assim: dentro disso que você está colocando, tem uma pesquisa que é muito importante, que é a gente conseguir comprovar, de fato, a origem da Cratera de Colônia. Comprovar que ela é, de fato, um astroblema, e isso seria através de uma sondagem. Então assim, até hoje, a gente não conseguiu viabilizar esse estudo. Eu acho que isso seria assim, um primeiro passo. Então assim, fazer essa sondagem, conseguir, ter, de fato, a comprovação de que é um astroblema, e eu acho que isso permitiria a gente contemplar, ou a gente pleitear uma série de recursos. Então assim, junto à UNESCO, junto a diversos órgãos que estão focados na questão de conservação e preservação de Crateras. Então Crateras de impacto. Então, acho que essa seria uma das pesquisas prioritárias, assim. Pensando na conservação da área. E aí assim, até complementando a questão que o Natalini colocou, eu acho que essa previsão a curto prazo, de abertura do parque, ela é muito favorável, tanto para a conservação da Cratera, quanto da APA do Capivari-Monos, porque com isso, a gente vai conseguir ter um polo de desenvolvimento regional. Então a gente vai conseguir trabalhar toda a questão de conservação, de sustentabilidade na região, pensando, tanto no Parque, quanto na APA do Capivari-Monos. Então a gente tem uma perspectiva aí, bem interessante a curto prazo. Eu acho que daqui a dois anos, a gente já vai conseguir. Com Parque aberto, a gente consegue ter uma aproximação com a comunidade, a gente consegue chamar a comunidade científica, chamar os alunos para fazerem TCC, para fazerem mestrados e doutorados no Parque. Então acho que a abertura do Parque, ela vai ser um momento marcante para esse tipo de atividade.

Coordenadora Helena Magozo: Abel? Daí a gente encerra.

Cons. Abel: Bom, eu já tinha falado do CADES Penha. Eu estou falando com o senhor Quintino...

Coordenadora Helena Magozo: Ah, não. Mas espera aí. Vamos terminar esse assunto, primeiro Abel. Faz favor. Cada caso é um caso.

Cons. Abel: Eu queria depois...

Coordenadora Helena Magozo: O Carlos quer falar.

Cons. Carlos Fortner: Primeiramente, Alice, Leo, parabéns pela apresentação. É sempre gratificante reconhecer que é um grupo pequeno que vocês têm lá, mas que sempre está vestindo a camisa e brigando para que se corrija tudo aquilo que foi desordenado durante décadas. E, de fato, inserindo a questão da Cratera na agenda, nas discussões. A Alice falou bastante. Muita coisa que foi bastante técnica, ela gastou



ATA DA 145ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

quase duas pilhas do microfone, mas é importante isso. A gente observar que essa equipe pequena tem vestido a camisa, tem defendido toda a questão lá da APA e do Parque, da Cratera, em especial nesse caso. O importante aqui é o seguinte: a questão da Cratera sempre me incomodou muito, porque quando eu era Subprefeito de Parelheiros, quando trabalhei lá em Parelheiros, a gente sempre via aquilo lá muito desordenado. E essas iniciativas que têm sido feitas, tanto pela SEHAB, no Programa Mananciais, quanto pela própria equipe da DUC, do DEPAVE 8, isso tem trazido algum direcionamento a esse crescimento desordenado. Ainda que, como a Alice falou que tem observado um crescimento não horizontal, até porque, a SEHAB está até reassentando algumas famílias que estão mais na franja, vamos dizer assim. Talvez precisaria ter mais insistência com o tombamento e assim por diante, mas tem sido tomadas iniciativas nesse sentido. Seja por questão de esgoto, que em 2009 não tinha. Hoje já têm as estações construídas. As estações têm todo um licenciamento. É uma obra difícil, porque você levar o esgoto a 60 km de distância para tratar, é uma obra difícil. Eu queria propor, talvez pegando o gancho da Ros Mari, então, que a DUC disponibilizasse material, do Plano de Manejo, para que os Conselheiros pudessem ter acesso a isso com mais detalhe, e na próxima reunião do CADES, que é dia 12 de dezembro, não é, Helena, que se votasse essa moção de apoio, até para dar um respaldo maior. Mas aí, com mais conhecimento de causa. Os Conselheiros poderem gastar um pouquinho mais de tempo, e se aprofundar um pouco mais no assunto. Se vocês estiverem de acordo, a gente podia propor isso aí, não é Helena? No dia 12 vai ter a apresentação do Código Florestal, também, não é isso? De acordo isso aí?

Coordenadora Helena Magozo: Então, todos os Conselheiros estão de acordo que a gente passe então, para o dia 12, a moção de apoio ao Plano apresentado?

Cons. Abel: Apresentado. Tudo bem. Proposta nova pode fazer já?

Coordenadora Helena Magozo: Não, não. Espera aí, Abel. Tem uma ordem. Primeiro o que eu queria avisar para vocês é o seguinte: hoje nós estamos tendo a agregação da reunião da Comissão de Meio Ambiente da Câmara Municipal com a reunião do CADES. Está acontecendo. A pauta está fazendo parte, e divulgada pela Comissão de Meio Ambiente da Câmara Municipal. Então a gente tem essa abrangência maior, aqui também, na reunião. A Rose quer falar.

Cons. Rose Inojosa: Apenas um comentário. A gente tem uma parceria para alguns trabalhos aqui, na UMAPAZ, com o Instituto de Geociências da USP. Então, nós podemos encaminhar essa sugestão do Conselho sobre a pesquisa.

Coordenadora Helena Magozo: Nós já temos quórum, então nós vamos para a discussão e votação da Ata da 144ª Reunião Plenária Ordinária do CADES. Algum comentário? O senhor quer falar alguma coisa, senhor Quintino? É sobre a ata, nós estamos votando. É sobre a ata. Então, passa para o senhor Quintino, por favor.

Cons. Quintino: A gente queria saber, detalhadamente, os documentos do parque municipal da Brasilândia.

Coordenadora Helena Magozo: Isso é outra coisa, senhor Quintino. Nós estamos votando a ata da 144ª Reunião Ordinária do CADES. Então os Conselheiros que são favoráveis à aprovação da ata, permaneçam como estão. **Então a Ata da 144ª Reunião Plenária Ordinária do CADES está aprovada por unanimidade.** Nas sugestões para inclusão na pauta dessa reunião, senhor Quintino, o senhor não estava aqui, mas eu avisei os colegas que o senhor tinha nos avisado, e pedido espaço. Inclusive, nós temos o núcleo aqui, temos o Departamento dos núcleos de gestão descentralizada, o senhor está incluído na pauta. Mas nós temos uma ordem nisso, está bom? Então primeiro eu queria agradecer ao Leo e à Alice,



ATA DA 145ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

quanto a apresentação. Então, por favor, nos avisem, para nós avisarmos os Conselheiros da disponibilização desse material, para eles estar pesquisando para a próxima reunião, está bom? Muito obrigada. Então o primeiro pedido de inclusão de pauta foi a Ros Mari. Por favor, Ros Mari.

Cons. Ros Mari: Eu tenho dois assuntos a colocar, para constar em pauta. É até bom que o Vereador Natalini esteja presente, e a Comissão de Meio Ambiente também. O primeiro diz respeito à Operação Urbana Consorciada Água Branca. E eu vou ler, até por uma questão de ser mais objetiva, um e-mail que eu encaminhei para o Secretário Eduardo Jorge, para o Secretário Bucalem e para o arquiteto Vládir Bartalini, que é responsável, na SP Urbanismo, pela concepção da Operação Urbana Consorciada Água Branca. Então, vou dizer do que se trata: no dia 14 de novembro de 2012, matéria do jornal O Estado de São Paulo, intitulada Barra Funda terá limite de vagas para carros, faz referência ao Projeto de Lei da Operação Urbana Consorciada Água Branca que, segundo a matéria: *"já foi entregue pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano à área jurídica da Prefeitura. A expectativa é a de que, segundo palavras do jornal, nas próximas semanas, seja enviado à Câmara Municipal, ainda antes do fim da gestão do prefeito Gilberto Kassab."* Então, esta é a matéria que saiu no jornal O Estado de São Paulo, do dia 14 de novembro. Como Conselheira do CADES, representando a sociedade civil da Macro Região Oeste, eu fui membro da Câmara Técnica III, - Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Complexos Urbanos e Habitação, a qual, durante 16 reuniões nos anos de 2010, 2011 e 2012, e duas audiências públicas em 2010 e 2011, analisou o estudo do impacto ambiental do licenciamento ambiental dessa Operação Urbana. O Parecer Técnico nº. 008/CADES datado de 20 de março de 2012, e assinado pelos membros da Câmara Técnica, explicita: 1 - Relação de recomendações e exigências a serem observadas quando da proposição do projeto de lei previsto para ordenar a futura Operação Urbana Consorciada Água Branca; e 2 - Relação de exigências a serem cumpridas pelo empreendedor, no caso, a SP Urbanismo, para constar na licença ambiental prévia. O parecer técnico foi discutido e aprovado na 27ª Reunião Plenária Extraordinária do CADES, realizada em 26 de março de 2012, por 25 votos favoráveis e 2 abstenções. Reunião que contou com a presença do Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, doutor Miguel Bucalem e do vereador Gilberto Natalini. A íntegra do conteúdo da referida reunião encontra-se no portal da Prefeitura municipal do estado de São Paulo. Bem, onde eu quero chegar? No referido parecer técnico, existe um item, vereador Natalini e Secretário, de número 17, que explicita o seguinte: *"O texto final do projeto de lei deverá ser apresentado ao CADES, previamente à sua votação na Câmara Municipal, para ciência e recomendações."* Vou repetir. *"O texto final do Projeto de Lei deverá ser apresentado ao CADES previamente à sua votação na Câmara Municipal, para ciência e recomendações."* Isso foi assinado. Isso foi aprovado. Em função do noticiado na mídia, externamos nossa preocupação e solicitamos que, tão logo quanto possível, seja convocada reunião extraordinária do CADES para conhecimento do projeto de lei finalizado pelo executivo, e que será enviado ao legislativo municipal. Então, estou solicitando ao Secretário, estou agora, formalizando, ao doutor Bucalem e ao colega Vládir, que é o arquiteto responsável, que nos encaminhe esse projeto de lei para ciência e recomendações, porque, no meu entender, o parecer técnico está muito bem feito. Eu subscrevi o parecer técnico. De fato, o que diz o jornal é uma verdade. É a primeira vez que nós vamos ter uma Operação Urbana com limite de vagas, e eu acho que nós precisamos tomar todo o cuidado necessário para que o Projeto de Lei espelhe, o que foi discutido e o que foi aprovado aqui. E como isso consta do parecer técnico, a mim me parece que é uma condição *"sine qua non"*, que esse Projeto de Lei venha ao CADES. Portanto, eu estou pedindo formalmente, que isso seja encaminhado. Esse era o ponto 1. E o ponto 2, reiterar, mais uma vez, eu acho que é a 5ª vez que eu reitero isso, que seja apresentado nesse Conselho, o Plano Diretor de Drenagem do Município de São Paulo. Volto a reafirmar que esse Plano Diretor, feito pelo Departamento de Hidráulica da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, foi apresentado nos seus lineamentos gerais aqui, pelo Secretário Bucalem, lá no prédio do Paraíso, e ele se comprometeu a tão logo eles tivessem terminado esse trabalho, que isso seria apresentado no CADES. Eu fico muito perplexa, porque o produto do trabalho já foi



ATA DA 145ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

apresentado no Instituto de Engenharia. Eu tive oportunidade de, como pesquisadora do IPT, estar lá. E a mim me parece que é fundamental que seja apresentado aqui no CADES. Nada contra ser apresentado em outros locais. Eu acho até que é bastante pertinente, louvável, mas o compromisso era de que, tão logo esse trabalho ficasse pronto, ele viesse ser apresentado no CADES, porque houve também, o compromisso de que toda e qualquer solução de drenagem que fosse adotada em diferentes Operações Urbanas ora em andamento, essas soluções se reportariam a esse estudo mais holístico do Plano de Drenagem encomendado pela Prefeitura, até para ver se o que estava sendo proposto era ou não, adequado. Eu só queria lembrar os colegas que recentemente, eu me posicionei contra ao início das obras de drenagem no perímetro da Operação Urbana Água Branca, de dois Córregos, quando nós já havíamos dito, e havia sido aprovado no parecer técnico do CADES, que havia necessidade do conhecimento dos cinco Córregos da bacia. E, portanto, isso teria que ser visto com mais cuidado. E esse plano de drenagem ia ao encontro dessa nossa preocupação. Então, para finalizar, eu gostaria, o ponto 1, que fosse apresentado, em reunião extraordinária, o projeto de lei da Operação Urbana Consorciada Água Branca, antes de ir para a Câmara, conforme consta no parecer técnico. E segundo que viesse ainda, também em reunião extraordinária, o grupo da escola, do departamento de hidráulica da Poli apresentar o resultado final do Plano Diretor de Macrodrenagem do Município de São Paulo. Obrigada.

Cons. Iervolino: Bom dia Secretário e demais companheiros do Conselho. Eu, como participante da Câmara Técnica do Monotrilho Vila Prudente/Cidade Tiradentes, eu, como de costume, fiz diversas reuniões com as comunidades envolvidas, principalmente o Conselho Gestor da APA do Carmo e o Conselho de Meio Ambiente de São Mateus. Eu fui solicitado para informações a respeito da exigência que foi nosso trabalho final na Câmara Técnica. Enviei um e-mail para o Secretário, e prontamente, ele me encaminhou à senhora Zulmara Salvador, que tem parceria com o Consórcio Expresso Monotrilho Leste. No dia 31 de outubro, uma comissão conjunta da APA do Carmo e Conselho de São Mateus, fomos recebidos na sede do consórcio, na Vila Prudente, pela Zulmara e pelo engenheiro André, e eles nos disponibilizaram, fizeram uma apresentação mais específica de como estão sendo realizados os cortes e as remoções das espécies. Inclusive, o trabalho... Ninguém quer que seja realizado os cortes, nem a remoção, mas pelo que foi apresentado, a equipe dirigida pelo engenheiro André, eles estão fazendo um trabalho a contento, inclusive, conforme eles apresentaram, até gastando mais do que estava previsto, para poder evitar a remoção de espécies. Mas quando, a perguntar pelo motivo da nossa reunião, que seria saber a respeito das exigências, eles solicitaram que conversássemos novamente com a Secretaria, no caso seria a DECONT, e a Zulmara ficou de entrar em contato com o Secretário, mas pelo que eu acompanhei dos e-mails, eu acho que até agora ela não deve ter entrado. Então eu enviei um e-mail para o Secretário, solicitando providência. E eu acho que nessa casa, a questão... Eu acho que, ou no começo dessa gestão ou no final da gestão passada, houve uma sugestão na qual todo trabalho das Câmaras Técnicas, acabaram as Câmaras Técnicas, nós não temos acompanhamento mais nenhum. Então ficou-se de criar um mecanismo, talvez um boletim, alguma coisa assim, que periodicamente, apresentasse algum resultado desse trabalho. E aproveitando, Secretário, a respeito da questão do Templo de Salomão, no Brás, no qual pedimos também, informações ao qual o senhor também, gentilmente, encaminhou, acho que para o Milton Cruz e José Antônio, até agora também não obtivemos nenhuma resposta. E a gente queria também, estávamos conversando eu, o Abel, o Abel deve ter conversado também com o colega da Leste, a questão das obras complementares do viário, lá, ao redor da estação metrô Itaquera, e do estádio do Corinthians, que está trazendo muito transtorno à região. Talvez a gente pudesse trazer ao empreendedor para dar mais informações. No momento é só. Obrigado, um bom dia a todos.

Cons. Abel: Só uma lembrança aqui. Na próxima reunião que o companheiro, nosso Chefe de Gabinete Fortner, a gente ficou de fazer aquela reunião para criar um grupo de trabalho do pessoal da Zona Norte.



ATA DA 145ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Você lembra? Sobre o metrô, aquela obra do metrô. Tem alguma novidade sobre isso ou não? É porque me cobraram, me cobrou, e o senhor Quintino falou comigo, e eu... Sobre o metrô...

Coordenadora Helena Magozo: Ah, eu sei. Sobre a Avenida Cruzeiro do Sul, sobre o corredor que foi trazido aqui?

Cons. Abel: Isso. Isso. É que me cobraram, pedindo...

Coordenadora Helena Magozo: Deixa eu falar uma coisa para vocês. Eu não estava na última reunião. Eu tenho acompanhado as reuniões lá da norte a esse respeito, a Raquel também esteve comigo. Qual que é o meu entendimento? Esse Conselho é consultivo e deliberativo. Mas não é deliberativo no sentido que foi entendido na última reunião. Não é deliberativo no sentido de fazer o Subprefeito, que é Presidente do Conselho Regional, acatar uma decisão desse Conselho. São instâncias diferentes. Estivemos lá pessoalmente, emitimos nossa opinião, seguindo o entendimento do Secretário Eduardo Jorge, eu tenho a maior relação lá com o pessoal da Zona Norte. Vou continuar conversando com eles, mas eu acho que houve um equívoco. Pode fazer uma moção de apoio, pode dar uma posição desse Conselho, mas nunca deliberar que ele deva fazer uma reunião assim/assado. Senão a gente está mexendo em competências. Então, é só isso que eu queria dizer. Eu não tive oportunidade de dizer oficialmente. Estou dizendo agora, nessa gravação, e que nós estamos acompanhando via o nosso Núcleo Regional Norte, todas as reuniões. Inclusive, a reunião que era para ter havido a semana passada, foi transferida para a semana que vem, e nós estamos com o nosso representante do núcleo norte atento, e acompanhando as discussões, não é Raquel? A Raquel é Diretora dos Núcleos, e está aqui.

Cons. Abel: Sim, eu entendo. Você não estava presente, mas foi trazido à nossa plenária.

Coordenadora Helena Magozo: Estamos acompanhando.

Cons. Abel: Trouxeram à nossa plenária, e jogaram para a gente esse problema. E esse problema...

Coordenadora Helena Magozo: Mas sabe por que eu acho que é uma coisa nova, Abel? Talvez se eu estivesse naquele momento, não tivesse pensado depois, talvez eu não tivesse me dado conta do nosso procedimento.

Cons. Abel: Sim.

Coordenadora Helena Magozo: Mas, eu pensando depois, quando foi me trazido, o meu entendimento é que a gente enquanto CADES somos consultivos e deliberativos, mas sobre as matérias da nossa competência.

Cons. Abel: Sim. Claro.

Coordenadora Helena Magozo: Nós não somos deliberativos sobre o mundo. Como eles também não podem deliberar. Quer dizer, nós estamos atentos, nós estamos continuando as discussões locais, temos representação lá. O Subprefeito recebeu o posicionamento desse Conselho. Eu não tenho, nem posso mexer em uma coisa que eu não estava, quer dizer, foi para ele, ele recebeu que o CADES Municipal pede uma reunião e uma definição lá, sobre a questão. Ele recebeu tudo que saiu daqui.



ATA DA 145ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Cons. Abel: Então eu vou te dar uma posição mais nova, que você não está sabendo. A última vez... me ligaram, foram lá falar com o Subprefeito. Ele falou que não vai tomar posição nenhuma. Que ele não quer nem saber. Que já está indo embora. Isso é o que ele falou para nós.

Coordenadora Helena Magozo: Então isso fica na pauta da reunião lá, e para o próximo Subprefeito tomar isso em mãos. É importante ter essa questão publicamente, mas não é uma questão que a gente vá, na força, forçá-lo a ter a reunião. Infelizmente. Os CADES Regionais foram feitos para estimular a participação. Eu sou dessa defesa. Mas eu não tenho nenhuma condição de forçar o Subprefeito a pautar uma reunião. Infelizmente.

Cons. Abel: Eu só trouxe isso à mesa...

Coordenadora Helena Magozo: Não, Abel, é importante colocar na ata. Está bom? Mas é uma coisa que vai se resolver nas próximas reuniões. Senão nesse ano, ano que vem.

Cons. Carlos Fortner: Talvez fosse importante, Abel, conversar com a Raquel, para ver o que foi tratado lá nas reuniões que o DGD tem acompanhado só para você se inteirar como é que está indo. Mas essa informação nova é importante.

Coordenadora Helena Magozo: Iervilino.

Cons. Iervolino: Fazer uma complementação daquela informação.

Coordenadora Helena Magozo: Rapidamente por favor.

Cons. Iervolino: Só complementando, o engenheiro Salvador do Consórcio Monotrilho Leste, ele se colocou à disposição de fazer a apresentação de como está sendo realizado essa questão ambiental lá no Monotrilho, que pode ser feita tanto aqui, ou se quiserem ir lá na sede, lá na Vila Prudente, ele nos recebe lá mesmo. Obrigado.

Coordenadora Helena Magozo: Senhor Quintino, só vou explicar até agora, o que eu acompanhei, e o senhor tem toda liberdade de colocar, complementar, depois. É o seguinte: nós temos, por parte da Prefeitura, duas DUPS em uma região com DUPS para a criação de áreas verdes. Certo? Coincide essas áreas com áreas pleiteadas pela população aqui representada, para criação do que já está sendo chamado Parque da Brasilândia. Mas nós temos as duas DUPS para áreas verdes. O que aconteceu? Eu vou pedir até à Raquel, que é Diretora, ou à Jane, que é do núcleo norte de gestão descentralizada. Nós tivemos, ainda este ano, mais no princípio do ano, uma autuação nessa área, em uma das áreas, por questão de crime ambiental, que a Raquel vai explicar. Depois, mais tarde, você sabe que a Câmara de Compensação Ambiental, elas têm a prerrogativa de o recurso também ser utilizado para desapropriação de áreas verdes de significância para o Município. Então essas duas áreas, elas foram selecionadas para serem desapropriadas. Elas já tinham DUP para serem desapropriadas. Elas estavam programadas, então, para serem pautadas no CONFEMA, que é o Conselho do Fundo Especial de Meio Ambiente. Um dia antes, àquela altura já não é mais o diretor do núcleo de gestão descentralizada, manda um e-mail para mim, para o Secretário, dizendo que aquela área tinha sido alvo de uma invasão, já com barracos consolidados. Veja bem. Aquela primeira autuação é uma área particular, por isso que tem DUP. Naquela primeira autuação, foi em função de uma questão ambiental, de um crime ambiental, viu-se que tinham sido cortadas, as árvores, e a autuação foi em cima disso. Depois a Raquel explica melhor. Nessa vez, o Ricardo já diz que era uma questão de invasão. Então a discussão se deu no próprio âmbito do CONFEMA, porque foi na véspera. O Secretário estava presente, no sentido de que, por mais que fosse relevante a questão,



ATA DA 145ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

tanto que houve um decreto de utilidade pública para a área. Isso você só faz quando você releva e acha importante aquela área para criação de uma nova área verde. Pelo fato da invasão, a questão toda de reintegração de posse e as responsabilidades, seriam devidas ao proprietário da área. Que nós não podíamos utilizar um recurso público naquele momento, para desapropriar uma área que tinha sido invadida, que estava com barracos, já, de madeira, porque isso seria ilegal. Então houve toda uma conversa. O senhor Quintino estava presente. O Eugênio estava presente. Tinham outras pessoas lá da região, tinha o Subprefeito, não é? Tinha o próprio núcleo presente. Então, a posição do Conselho foi de não deliberar a desapropriação por entender que era ilegítima, já que tinha sido constatada, comprovadamente, a questão da invasão, e que caberia ao proprietário o ônus da reintegração de posse. Em outra reunião, nós tínhamos uma área adjunta, não é senhor Quintino, que não estava invadida e foi detectado isso, porque nos dias seguintes aconteceu uma vistoria, inclusive aérea, um sobrevôo, que realmente confirmou essa questão, que eu coloquei para vocês, de dezenas de barracos ali, que confirmou essa questão da invasão, aí foi deliberada a desapropriação de uma área contígua, em que tinha sido detectado que não tinha nenhum tipo de invasão, naquele momento da desapropriação. Vamos deixar o senhor Quintino falar. Depois a Raquel, a Jane, que são do núcleo local, podem estar esclarecendo. Carlos, por favor.

Cons. Carlos Fortner: Bom, ali são duas áreas. São dois contribuintes diferentes. São dois lotes, vamos chamar assim. Um lote tem a invasão, que é esse que a gente fez a vistoria, que viu a invasão que tem lá, o outro não tem invasão nenhuma. Então, para o outro, tinha sido proposta a desapropriação, o pagamento da desapropriação para os dois. O que tem a invasão, por ser ainda, uma área particular, e não caber à Prefeitura remover, porque senão, invadem o seu terreno, aí não cabe à Prefeitura ir lá remover quem invadiu o seu terreno. A obrigação de cuidar do seu terreno é sua. Então, nesse caso, é do proprietário lá. Então o terreno que está isento de invasão, ele recebeu o aval para utilizar o recurso de compensação ambiental para sua aquisição. E vai ser proposto também o cercamento dessa área, até para ajudar a preservar. A outra área, onde tem invasão, ela precisa ser, primeiro, reintegrada a posse, o proprietário, responsabilidade de ele fazer isso aí, para daí, a gente fazer a desapropriação. Então é importante isso, são duas áreas. Uma vai ser, já, preservada. Já está sendo encaminhada a desapropriação. A outra tem que aguardar a desocupação.

Coordenadora Helena Magozo: São áreas relevantes, muito relevantes para o município, para a preservação das bordas da Cantareira, estão no critério de prioridade, mas nós tivemos essa questão. Senhor Quintino, fala o senhor.

Cons. Quintino: A minha palavra passa aqui para o senhor Eugênio, que ele vai tirar algumas dúvidas.

Eugênio: Bom dia. Eu gostaria de voltar a essa questão e sermos mais claros na situação dessa área solicitada para Parque. Porque houve sim, participamos sim, da reunião do Conselho do FEMA, do Fundo Especial de Meio Ambiente, e já estava... os Conselheiros estavam a favor da aprovação desse termo de posse, quando aí, sim, a Prefeitura poderia agir imediatamente em cima daquele início de invasão que no momento, eram aproximadamente 30 barracos. O que houve nessa reunião? O senhor Secretário Eduardo Jorge fez questão, foi incisivo, insistiu, mesmo sendo rebatido pelos Conselheiros do FEMA, para que se adiasse a votação desse termo de posse, que eu não sei exatamente o nome. Não é termo de posse. É outro nome. Pois não. Ele pediu que se protelasse essa votação porque o terreno era particular, e porque havia essa invasão. Essa pequena invasão de uns 30 barracos, no máximo. Tanto ele insistiu, que a reunião foi adiada. Marcaram uma reunião com o Subprefeito, que estava presente, o pessoal do DG Norte e o pessoal da Guarda Civil. Eu pedi por duas ou três vezes, que nós, enquanto Conselheiros regionais da Freguesia do Ó/Brasilândia, participássemos dessa reunião, que era para ver os termos... segundo eles,



ATA DA 145ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

para ver os termos jurídicos, eu não fui atendido. De qualquer forma, o que eu gostaria que constasse em ata, é que houve essa reunião para se tratar exclusivamente da situação do Parque, pois o pessoal já sabia que a área estava sendo invadida. Era uma situação primária. Uma situação fácil de contornar. E houve uma segunda reunião do CONFEMA, que nós não fomos convidados, também. Infelizmente não participei. Nós não fomos convidados. E no final, veio uma informação do chefe de gabinete da subprefeitura da Brasilândia/Freguesia do Ó, senhor Marcelo, dizendo que não seria possível o CONFEMA... Aliás, o CONFEMA não votou essa imissão, esse documento. Essa imissão para o termo de posse. Ou seja, a Prefeitura não poderia fazer nada. Outra coisa que eu gostaria que ficasse consignado nessa ata, é que nessa reunião do CONFEMA, lá na Secretaria do Verde e Meio Ambiente, na Rua Paraíso, o senhor Secretário disse: *"olha, não vamos nos apavorar, porque invasão em São Paulo tem todos os dias."* Eu achei isso muito estranho. Gostaria que isso ficasse confirmado. Não soou bem. Não soou nada bem para um Secretário de Verde e Meio Ambiente. Eu gostaria que também ficasse consignado que após isso, após alguns dias... não lembro quantos dias após essa reunião, nós voltamos lá e hoje nós temos mais de 100 barracos. O pessoal ficou livre, leve e solto, para invadir. Tenho aqui, uma reportagem do Diário de São Paulo, do dia 14 de novembro de 2012, na página 13 da Folha Bairro a Bairro, mostrando aqui... Aqui eles falam em 150 famílias invadem área de futuro parque. Quer dizer, não digo por esse Conselho, eu digo pela Secretaria do Verde e pela subprefeitura, a situação ficou abandonada. Ficou ao Deus dará. Eu gostaria que esse Conselho, todos os Conselheiros aqui se sensibilizassem por essa situação. Porque é uma área que vai, não abranger só a região. Abranger a cidade de São Paulo toda. É um mini Ibirapuera, a hora que aquilo lá for transformado em Parque, e ficar pronto. Então nós temos aqui, olha... foto de famílias, inclusive um flagrante, que nós pegamos lá, na hora. O cidadão trazendo uma tábua. Uma porta de guarda-roupa, para montar o barraco dele. Então é assim que surgem as invasões. A Secretaria, subprefeitura, elas são notificadas, mas: *"ah, que a gente não pode. A gente não pode."* Pode sim. Impossível que não possa. É impossível.

Coordenadora Helena Magozo: Eugênio...

Eugênio: Concluindo a reunião do CONFEMA que teve lá, houve, sim, uma reação dos Conselheiros, de uma Conselheira que eu não guardei o nome, mas deve estar relatada na ata lá, ela falou: *"Senhor Secretário, nós podemos sim, votar isso e depois cobrar isso... a Prefeitura vai ter despesa, cobra essa despesa do proprietário. Quando for pagar o proprietário, a gente tira despesas da retirada dos barracos, da indenização das famílias que estão lá, das 30 famílias, a gente tira esse valor do que for indenizar o proprietário."* Então a gente acha... A gente queria deixar isso muito bem registrado.

Coordenadora Helena Magozo: Eugênio, eu só queria esclarecer. Eu queria esclarecer.

Eugênio: Esse é um ponto. Eu quero saber como que vai ficar em que pé estamos qual a situação da Secretaria, qual a posição desse Conselho, referente a esse Parque, E é só um ponto. Porque nós temos outros pontos, referentes ao meio ambiente da região da Brasilândia/Freguesia do Ó.

Coordenadora Helena Magozo: Eugênio, o que aconteceu foi o seguinte: o Secretário, efetivamente, ele se posicionou pela ilegitimidade da desapropriação, por conta dos 30 barracos. No dia seguinte fizeram uma vistoria, inclusive um sobrevôo. Se detectou que tinha muito mais. Mas naquele momento, 30 barracos. O Secretário se posicionou pela ilegitimidade. Diante da perplexidade dos Conselheiros, que não tinham noção dessa realidade, falaram: *"Nossa, mas invasão?"* O Secretário falou: *"Infelizmente..."* E isso tem ata. *"Infelizmente, isso é um quadro mais comum na cidade do que nós possamos imaginar."* A Conselheira Cecília, que é representante eleita lá da Sociedade Civil... Cabe à Secretaria ou a quem de direito, orientá-la sobre a questão jurídica. Ela é pelo mérito, como nós somos, e vocês são, desse Parque.



ATA DA 145ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Agora, ela não tinha conhecimento de que havia um impedimento legal, que há um impedimento legal de se desapropriar uma área que é ocupada. E que esse ônus cabe ao proprietário. Então ela tem todo o direito de manifestar a posição dela. E manifestou, e está nas atas. E ela, inclusive, na outra vez, ela voltou com isso. Por votação dos Conselheiros, a partir da informação, nós não podemos deixar que os Conselheiros não tenham as informações jurídicas. Quer dizer, o que nos cabe é informar. Daí eu falei: "*a partir disso que foi informado, vamos votar.*" Por maioria, eles entenderam que não devia haver... era uma decisão deles, mas foi explicado o ônus, a questão jurídica. Até a nossa Secretária de Negócios Jurídicos, podia dar uma orientação nisso. Quer dizer, foi isso. Agora, eu queria que a Raquel, que é do DGD, explicasse na questão dos encaminhamentos, como se procede nesses casos, Raquel. Ou Jane. Por favor.

Cons. Carlos Fortner: Deixa eu só fazer uma explicação antes. O processo de desapropriação funciona assim: primeiro é feito a identificação da área, então ali no caso do Brasilândia, foi identificado um lote e outro, para se fazer a desapropriação, para criar Parques. Foi o primeiro diagnóstico. Naquela época ainda não deveria nem ter invasão, acredito. A partir daí se faz a planta expropriatória. Tem que fazer um levantamento e passa-se para fazer o levantamento do custo dessa área, para poder avaliar quanto que vai indenizar o proprietário. Isso já é um capítulo que nem é feito na Secretaria do Verde. Isso é feito pelo Departamento de Desapropriação. Então ao CADES não cabe deliberar sobre a imissão na posse. O que aconteceu naquela reunião do CONFEMA? Ia deliberar sobre a utilização do recurso de compensação ambiental, que tem uma conta de compensação ambiental dentro do FEMA, que é destinada a desapropriações. Então tinha o recurso, e ia utilizar esse recurso para desapropriar essas duas áreas. No dia da votação, teve essa informação de que teria 30 barracos. Eu fiz o sobrevôo, não sei se foi naquele dia ou no dia seguinte, não eram 30. No dia anterior, eu fiz no dia anterior. Não eram 30. Eu identifiquei lá, coisa de 80 barracos. 85 barracos, se não me engano. A Raquel, depois, vai poder falar um pouquinho melhor sobre isso. Mas a deliberação do CONFEMA seria especificamente para utilização do recurso para desapropriar aquela área. Muito bem. Se o CONFEMA aprova o recurso, na hora de utilizar esse recurso, DESAP não vai utilizar, porque o terreno tem uma invasão. Então cabe ao proprietário remover. Ainda que seja, do ponto de vista lógico, seria mais fácil: "*ah, desconta da desapropriação o valor da remoção*", não funciona assim. Infelizmente, não funciona assim, e é ilegal fazer isso. Não dá para... Que seja um barraco. Se o terreno tiver uma invasão, uma família morando lá dentro, não vai desapropriar. Não se fala nem então de 30, de 85 ou de 100. Então, seria ilegal. Esse é o ponto. Acho que a Raquel pode falar.

Raquel Galvão: Bom dia. Raquel, Diretora do Departamento de Gestão Descentralizada. E estou acompanhada aqui, pela Jane, que é a Coordenadora de Fiscalização do DGD Norte, da área. Nós já temos um resumo aqui, das ações que o DGD tem realizado nesse lote propriamente dito. Um lote cujo proprietário já foi autuado e multado através de processos administrativos, desde o início desse ano. E esses processos administrativos têm um trâmite. Eles iniciam, tem prazo para defesa, a defesa é analisada, corre o prazo para recurso, esse recurso é analisado, e publicado em deferimento ou não, para permanência da multa. Então nós temos, já, processos decorrentes da ação, desde março desse ano. Depois nós realizamos novas vistorias em função de novas denúncias. Essas últimas ações foram realizadas entre 31/10 e 02/11, onde novamente foram detectados crimes em relação às questões ambientais da área. Eles foram novamente autuados e multados, os proprietários. Bem, essa é a parte que nos cabe em relação aos crimes ambientais que constam em processo. Fora isso, foram encaminhados os ofícios à Subprefeitura no caso, da Freguesia do Ô, que tem a competência para a remoção e a intimação ao proprietário, para preservação da área. Cuidado, para que ele cerque. É de responsabilidade dele. Foram encaminhados os ofícios nas duas oportunidades. E também foi encaminhado ao comitê de defesa das águas, a ODA da região Norte, para que esse perímetro fosse incluído no comitê, como um perímetro de permanente monitoramento. Então, se vocês necessitarem, a Jane está aqui, que acompanhou todas as ações para quaisquer esclarecimentos.



ATA DA 145ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

(fala fora do microfone)

Cons. Carlos Fortner: Só uma pequena correção, Raquel. A subprefeitura, ela não tem a competência de remover o que está dentro da área particular. Tem competência quando a área é pública.

Raquel Galvão: Ah, desculpe. Da área particular, não. Isso. Mas é competência a intimação...

Cons. Carlos Fortner: De notificar, intimar. Exato.

Raquel Galvão: Ao proprietário. É de competência da subprefeitura quando a área é pública, o que não é o caso.

Cons. Carlos Fortner: Isso. A subprefeitura intima, mas paralelo a isso, a Secretaria do Verde já autuou e já fez as multas.

Raquel Galvão: Já fizemos a autuação e multa.

Cons. Carlos Fortner: Teve um outro caso na zona Leste, atrás do CEU Alto Alegre. Ali é um terreno particular. É uma situação parecida, ainda que não é uma área prevista para desapropriação. De um dia para o outro tinham lá, quantos eram? Mil e tantos barracos. Assim, uma questão bem rápida, mil e tantos barracos. O proprietário foi intimado, o proprietário, naquele caso, tomou a iniciativa, moveu a ação de reintegração de posse, conseguiu a reintegração de posse. Nesse caso aí, parece que o proprietário é um pouco mais devagar. Agora, não cabe à Prefeitura, com dinheiro público, dinheiro de imposto de todo mundo aqui, remover o cidadão que invadiu dentro de um terreno particular.

Eugênio: Uma pergunta. Referente ao monitoramento do perímetro. De quem que é a obrigação? Porque segundo a senhora Raquel, já foi acionado sobre esse problema. Então, de quem que é o... é da subprefeitura, o monitoramento? Porque você entra fácil. Você entra fácil. Por qualquer canto. Põe uma tábua na costa, entra lá: "pelo menos 5 mil vou ganhar."

Coordenadora Helena Magozo: Eugênio, o que eu acho é o seguinte: a gente tem que centrar nessa questão do interesse do proprietário na desapropriação, de fato. A Prefeitura faz suas rondas, mas a guarda da área é do ente privado. Não é da Prefeitura essa obrigação. É do ente privado. Enquanto a área não for da Prefeitura. A Prefeitura não tiver imissão de posse. Que não tem. Certo? Então, o que eu quero deixar claro: todos nós desejamos esse Parque. Mas tem um rito jurídico e de legitimidade nessa questão. Em relação ao CONFEMA. Eu, em seguida, quando houve a deliberação, eu mandei a deliberação para o Departamento de Planejamento, e pedi, porque eu nem sabia se tinha alguma ação da Secretaria de Negócios Jurídicos especificamente, para avisar de que havia invasão, de que por conta disso, foi votado pela não dotação dos recursos do FEMA para essa área. A outra área que estava livre foi aprovada na outra reunião. E outra coisa: não era uma reunião. Era uma vistoria. Que aconteceu, tanto a vistoria do núcleo, como um sobrevôo que o Carlos Fortner e o DEPAVE fizeram na área. Não era uma reunião. Era uma vistoria para confirmar se efetivamente, aquilo que foi trazido no CONFEMA acontecia, não é, Carlos?

Cons. Carlos Fortner: É. A proposta de inclusão com o perímetro de congelamento é para ser monitorada depois, pelo Comitê de Defesa das Águas. O terreno, ainda que seja particular, ele vai ser monitorado pela GCM, o Comitê vai considerar aquilo como uma área de congelamento. Vai acompanhar o dia a dia do terreno, ainda que seja um terreno particular. Vai acompanhar para saber se está aumentando a invasão ou não.



ATA DA 145ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Eugênio: E acompanha os crimes ambientais e tudo o mais?

Carlos Fortner: Acompanha. Tanto acompanha que a Raquel fez já, desde o começo do ano, tem feito essas vistorias. A Raquel não. Na verdade, o DGD Norte tem feito isso, sob tutela da Raquel. Mas tem feito isso, e foram feitas novas multas, lá. Foram aplicadas novas multas.

Eugênio: Questão das multas. A questão das multas e o aumento. A continuidade dos crimes ambientais. Tanto as queimadas, inclusive de árvores nativas, lá. Nós tínhamos árvores nativas. Ali é uma extensõzinha da Serra da Cantareira. Da Mata Atlântica toda, ali. Só está cortada pela Avenida Cantídio Sampaio. É uma área grande, bonita, inclusive temos foto de um bugio morto. E se procurarmos um pouquinho mais, tem até outras aves mortas e outros bichos. E a questão é: vai se deixando, e a Secretaria do Verde não faz nada. Vai deixando aumentar, aumentar a degradação. Porque depois, tudo bem, se daqui, dois, quatro, cinco anos retirarem e o pessoal fizer um parque, vão fazer o quê? Que tipo de parque vão fazer lá? Um parque de asfalto? Um parque o quê? Então vamos fazer então um autódromo lá, um miniautódromo de kart. Porque um pouco mais, se houver essa inércia da Secretaria, da subprefeitura, das autoridades em geral, também não entendo porque a gente não procurou o estado, porque a Secretaria de Meio Ambiente do Estado tem... Alguém tem que se mexer nisso. O que não pode é em uma semana estar 30 barracos, e na outra, 150. E só terminando essa minha indignação, tudo bem, se de repente, como esse pessoal... esses... são aproveitadores, são pessoas que vão lá para esse fim mesmo. 1% só são pessoas necessitadas. O resto são pessoas que entram lá. Que já veem: *"olha, estão invadindo lá. Vamos invadir que a gente ganha alguma coisa da Prefeitura."* E mesmo se entrassem 200, 1000 barracos, e a gente retirasse depois, o problema, nesse caso, é a degradação. Eu não estou entendendo, não estou entendendo como pode-se entender de um Secretário falar: *"não, todos os dias acontece..."* Não podemos ficar de braços cruzados. A gente tem que meter lá, guarda civil, tem um bom corpo de prevenção, e está lá, na atribuição da Guarda Civil Metropolitana, bens próprios municipais e o bem da população. Faz parte deles também. Não faz parte o poder de política. Eles não têm poder de polícia. Agora, preservar, faz parte, sim, da atribuição da Guarda Civil Metropolitana. Preservar os bens próprios do município. O município, os seus bens...

Carlos Fortner: Eu acho que o senhor falou tudo certo, aí. Faz parte da Guarda Municipal preservar o bem municipal. Aquilo lá não é um bem municipal. É um bem particular. É privado. Então está errado, é ilegal direcionar o efetivo da guarda municipal para tomar conta de um terreno aonde o proprietário tem, por obrigação, cuidar do terreno. Essa é a ilegalidade que teria no sentido de você chegar lá e remover.

Coordenadora Helena Magozo: Agora, o Ivo e a Ros Mari, e a Helga também.

Eugênio: Só uma questõzinha, o valor dessas multas. Porque se for 300 reais, 600 reais, até eu, que sou assalariado, autônomo, assalariado e ganho pouco, eu pago. Porque multas irrisórias, é isso que acontece... Se vem com...

Coordenadora Helena Magozo: Eugênio, a Jane vai explicar.

Jane Ramires: Bom dia a todos. Como a Raquel falou, nós tivemos duas ações na área. Conheci o senhor Quintino na última ação. Nós estivemos juntos na área, e foram aplicadas, nessas duas ocasiões, duas multas. A primeira multa no valor de quinhentos mil reais...

Eugênio: Quinhentos mil?



ATA DA 145ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Jane Ramires: É. O teto para supressão e maus tratos em vegetação, que foi o dano ambiental constatado. Na segunda ocasião, como houve novos impactos ambientais, novos danos ambientais, foi aplicada uma nova multa, onde o valor, novamente, foi de quinhentos mil reais, porque é o teto da multa. Na verdade, a última multa deveria ser em torno de oitocentos e sessenta mil reais, mas como a multa é de quinhentos mil reais, foi esse o valor aplicado. Com relação à manutenção da área, eu só reforço o que o senhor Fortner falou. Nós temos um trabalho conjunto com a GCM Ambiental. Então ela monitora essa área. Já foi pedido para colocar no perímetro de defesa das águas para que essa área seja monitorada com maior intensidade. Ofícios foram encaminhados à subprefeitura, pedindo que o proprietário cuide da área, do entorno da área. Enfim, eu entendo que na nossa atividade, do DGD Norte, com relação à fiscalização, a gente está atuando, e como a Raquel disse, o processo é demorado, porque tem a defesa, tem recurso, enfim. Aí depende do proprietário.

Cons. Helga: É assim, o que eu disser vai ser mera repetição, porque o Fortner já explicou e eu só queria frisar uma coisa. Quando a área é pública, realmente é dever da Prefeitura. Então o que acontece? A subprefeitura vai lá e reintegra, e a Secretaria dos Negócios Jurídicos, junto com a subprefeitura, entra com a ação de reintegração de posse. Então é muito difícil, mas dá para fazer. Agora, no caso da área particular, não tem como. Porque se a Prefeitura municipal entra com uma ação de reintegração de posse de uma área que não é dela, é impossível. Então assim, o que eu acho que pode ser feito? É falar com esse proprietário, e ver que providência ele vai tomar. Agora, é muito difícil... Ele vai ter que entrar com ação de reintegração de posse. Mas para reintegrar 150 famílias, é complicado. Porque tem que ver para onde vão essas famílias, depois assim, onde essas famílias vão ficar, vão ter local para se assentar, aí vem o Ministério Público, entra com outra ação, porque essas famílias não têm moradia, então a coisa não é tão simples. E depois, tem uma coisa que a gente tem que pensar. Eu entendo a preocupação de vocês, eu tenho muita ação de Parque. É uma coisa que está sempre nas minhas mãos. Conheço bem a Brasilândia. Acho que essa região precisa de um Parque. E é muito bom para toda a população de São Paulo. É uma região pobre, que precisa de área... Mas só que essas famílias são pobres, sim. Desculpe. Mas elas não são famílias que estão ali para se aproveitar. Todas, essas 150 famílias não têm moradia. Por isso que elas têm um barraco ali. É triste? É. Mas aí, não tem como a Prefeitura fazer nada. E nem tem como a Secretaria de Negócios Jurídicos estar informando se tem alguma ação. Porque se a área não é pública, ela não vai fazer nada. Até que se entre com essa ação de reintegração de posse, essas famílias sejam removidas, e permaneçam em outro local. Aí sim. Como vocês bem explicaram, entra com a ação de desapropriação, e aí dá para fazer esse Parque que a gente tanto quer. Nem tem como a Prefeitura explicar o que é que vai ser feito nessa área. Porque se o proprietário particular não tomar uma providência, acho que a Secretaria do Verde fica com as mãos amarradas, no máximo monitorar.

Coordenadora Helena Magozo: Ivo, por favor, depois a Ros Mari.

(fala sem microfone)

Coordenadora Helena Magozo: Espera aí. Depois tem outra coisa. Outra informação nesse sentido.

Cons. Ivo: Bom dia a todos e todas. Ivo, Leste 1. Tudo o que eu estou ouvindo aqui, é muito interessante. Eu me pergunto como é que as pessoas podem ser tão desinformadas, gente. Existe lei. O que nós temos que brigar, é com a inércia da Prefeitura, porque eu vou dar uma referência aqui. Nós temos o rio Verde, que é um trabalho que está sendo feito lá em Itaquera. Tem uma favela chamada Favela do Contorno. Eu discuti o ano passado lá na USP, no Encontro dos Conselheiros do CADES com o pessoal da Habitação, por que é que deixam invadir, aumentar e aumentar... Quer dizer, aumentou 300% por quê? Porque sabem que ali vão tirar o pessoal. O pessoal está vendo crescer a favela, mas não tomam uma posição. É culpa da



ATA DA 145ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Prefeitura, desculpe. A Prefeitura de São Paulo que é omissa. É omissa. É o que acontece... A gente fala de impactos. Primeiro, se faz o prédio, depois vai pensar aonde vai arrumar a escola para as crianças, e aonde aquelas famílias vão ser atendidas. Então, sempre atrás. Nunca na frente. Essa é a nossa preocupação. Eu acho que a gente tem que falar... Você colocou bem. Tira daqui vai para onde? Eu vou dar um exemplo, Savoy. Nós temos lá um mapa que têm 3500 famílias. Sabe de onde vieram? De outra ocupação. Porque esse pessoal é migrante. E quem sofre com esses impactos somos nós. Nós queremos uma cidade ajustada, uma cidade... Não há desenvolvimento em uma região onde tem uma favela. Então, terá que se pensar novos modelos para essa construção. Nós temos uma preocupação... o Abel, o Iervolino, nós que somos Leste, com relação a... a gente fala... muito seminário que fala Corinthians. A gente está... Outro dia, no SESC, em uma reunião muito linda que teve lá, um seminário que inclusive, o nosso Eduardo Jorge esteve lá. Um seminário ótimo, ótimo. Excelente. Excelente. O dia todo. E a gente estava falando com o pessoal do SESC para a gente formar um grupo de trabalho para tentar medir o impacto que o campo do Corinthians vai trazer para a nossa região. A gente falou: forças e fraquezas. Por um lado, parece que está trazendo benefícios. Mas por outro, vai ficar um bolsão... Depois vai ficar um bolsão imenso de... tudo é impacto. Agora, o Abel estava dizendo uma coisa muito certa. A gente tem que tentar trazer esse pessoal, para ele nos mostrar, na verdade, porque muito veículo causa impacto. Tudo é impacto. E esse povo vai viver como? Dentro da... Se faz as obras, se faz o que quer, como quer, e não se justificam as ações? Então eu peço aqui que o Conselho nosso, pense em uma forma de fortalecer essa discussão aqui, dessa omissão da Prefeitura. A questão aqui, não é o Secretário que falou bobagem. Porque realmente, eu vivo na Leste, e todo dia tem invasão. É um movimento. É um movimento até político. Infelizmente. Eu quero ver agora, o que fazem para provar o contrário. E falo de verdade. Porque tem uma invasão embaixo de uma rede, que antes da eleição passada a Eletropaulo tinha entrado com uma ação, eu tenho o número do processo, tal. Antes da eleição passada, 10 dias antes um determinado vereador entrou com um impedimento, parou. Não tiraram. Só que a hora que aqueles barracos de papelão pegam fogo, ninguém fala nada. Não sei. Ninguém se propõe a dizer: "*não fui eu, o ator.*" Eu não entendo. É só. Obrigado.

Coordenadora Helena Magozo: Ros Mari, por favor. Depois a gente encerra.

Cons. Ros Mari: Senhor Quintino, eu queria perguntar o seguinte para os senhores. Primeiro, eu entendo que a invasão ocorreu no momento em que a própria população percebeu que aquilo ia passar de uma área privada para uma área pública. Não tem dúvida. Começou com 30 barracos, mas isso... Nós não nascemos ontem. É muito mais fácil você poder permanecer e negociar estando em uma área pública, do que em uma área privada. Então estava se apostando que ia sair a imissão de posse. Não saiu, a coisa complicou. Continuou sendo privada, e deixou o poder público... o poder público, de mãos atadas. Eu entendo que isso vai ter que ser resolvido politicamente. Não tem como ficar achando que a Prefeitura vai poder interferir em uma área privada, ou que a Guarda Civil... Não. Isso não existe. É acreditar em Papai Noel. Ainda que nós estejamos na época de Natal. Então a mim, me parece o seguinte: a invasão foi deliberada. Grupos devem estar por trás da invasão. Vocês têm que ter claro esse quadro. Não adianta a gente discutir, acreditando em Papai Noel. De 30 barracos, acharam que ia virar uma área pública, aumentou para 150 e a tendência é aumentar mais. Porque nas invasões tem de tudo. Desculpe a colega. Desde gente que precisa, que não tem onde viver, como tem muito oportunista que vai por conta dos cinco mil, do bolsa-aluguel. Também não nascemos ontem. Também não nascemos ontem. A gente precisa ter... Então, eu entendo o seguinte: nós estamos vivendo, politicamente, em um momento de transição. Eu vou fazer uma proposta concreta. É um momento em que está saindo uma Prefeitura, e está entrando um grupo em uma nova Prefeitura. Eu acho, senhor Quintino, que os senhores têm que discutir com a liderança dos movimentos de invasão. Tem que mapear isso... Eu não sei qual é. Eu estou pensando alto, viu... Eu estou pensando alto. Eu nem conheço a área. Vocês têm que mapear, saber que movimentos estão invadindo, quem é que está por trás, incentivando isso, e ao mesmo tempo, eu penso, Secretário,



ATA DA 145ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

que além de se discutir com o poder que está agora, vocês têm que conversar também com o grupo de transição do futuro prefeito. Eu tendo a achar isso. Até porque se a invasão continuar e ela virá de 150 barracos até 300, eu não estou entrando no mérito se é pobre, remediado, o que é, a tendência é o assentamento se adensar mais. Obviamente, como a colega falou, não vão ser multas que vão resolver o problema. O cara fala que não tem dinheiro, não vai pagar a multa. Nem de quinhentos, nem de dez. Então eu acho que vocês vão ter que resolver isso politicamente. A minha proposta é: senhor Quintino, que os senhores mapeiem melhor quem está invadindo, ver se tem condições de falar com a liderança desses movimentos, pensando que nós estamos todos lutando por uma cidade saudável, sustentável e justa. Saudável, sustentável e justa. E que, portanto, ter áreas verdes para uma população que vive em um vetor tão adensado como é a zona Norte, é algo de fundamental importância para uma cidade saudável, sustentável e justa. Então eu acho que tem que se conversar. E o poder público atual tem que continuar, eu concordo, Helena, continuar fazendo o que é possível fazer, e na medida do possível, vocês também contatarem a equipe de transição do novo governo. Porque veja, é um momento de transição, inclusive em que, penso eu, caso equívoco da minha parte, o próprio poder público agora, está meio de mãos atadas. Mãos atadas do ponto de vista jurídico, porque a área é privada, mãos atadas porque multas ambientais não vão assustar o proprietário, mãos atadas porque nem sabe direito se o proprietário quer a desapropriação ou não. Vai saber o que se passa na cabeça da pessoa. Não dá para a gente prever. E quarto, tem uma invasão lá que não é uma invasão espontânea. Então eu acho que vocês têm que ter isso claro, a Prefeitura continuar fazendo o que é possível fazer dentro dos limites legais e do tempo que ela tem, porque vai sair. A comunidade, mapear melhor o que está acontecendo com esses movimentos de invasão, e conversar, inclusive, com o grupo de transição. Por que eu digo isso, Helena? Porque nós sabemos que os movimentos de luta por moradia têm grupos... O próprio movimento de luta por moradia negocia, sistematicamente, diuturnamente, com a Secretaria de Habitação. Isso é óbvio, não é verdade? Negocia diretamente. Quer dizer, tem, inclusive, movimentos que têm futuras moradias previstas para serem construídas para si. Então vocês precisam entender melhor isso que está acontecendo. Eu acho que vocês têm que ter uma atitude mais proativa, nesse momento, do ponto de vista político, contando com o apoio que a Prefeitura possa lhes dar, nesse momento de transição, até onde eles podem fazer. E lembrando que, sem sombra de dúvida, é uma área privada. Então não adianta se iludir, porque, em sendo uma área privada, não vai ter condições, nesse momento, de nada ser feito enquanto essa área não estiver liberada. Por isso que eu acho que para poder evitar um adensamento maior, vocês precisam agir mais, do ponto de vista aí, político. Não sei. É uma avaliação que eu faço sem conhecer profundamente a questão. Obrigada.

Coordenadora Helena Magozo: A Helga e o Ivo se inscreveram. Eu só queria dar uma informação a mais. Que dentro da DUP, até foi uma conversa que a gente teve com o Eugênio e com o senhor Quintino. Uma parte da área maior, não dessas duas propriedades, vai ser dedicada à habitação. Eles até, naquele momento, eram contrários, houve uma discussão da Habitação com o DEPLAN, e o DEPLAN entendeu que do ponto de vista da sustentabilidade, era importante sim, que tivesse uma parte que a DUP é para habitação. Então tem até esse elemento a mais, para se colocar dentro do contexto da discussão.

Eugênio: Somos contra o local da habitação proposto. Mas isso é outro assunto.

Cons. Helga: Talvez eu não tenha me feito entender, mas assim, eu não gostaria que se pegassem palavras, Ros Mari, quando a gente fala nas famílias pobres, eu acho que é um caso a se pensar. Sinceramente, o Parque é fundamental e posso dizer com conhecimento da coisa, porque eu conheço a Brasilândia, trabalhei mais de 15 anos com Direitos Humanos na região da Brasilândia. Então, eu digo o seguinte: que se construir o parque é importante. Vocês têm todo o nosso apoio aqui, e até no que pudermos orientar. Mas o que eu digo é o seguinte: aquelas pessoas vão continuar vivendo lá.



ATA DA 145ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Eugênio: Referente às famílias que estão lá, eu quero só fazer uma colocação. Eu falei 1% em um momento, em um momento aqui, mas existe sim, no meio dessas famílias, 80, 90% são necessitados. Existe 10 ou 20% ali, eu digo isso, dos 30 barracos que estavam lá, eu já conhecia cinco famílias... aproximadamente 30, mas eu conhecia 5 famílias que já tinham sido removidas, já tinham recebido a verba. Eu conheço, Não é conhecia. Eu conheço cinco famílias que já haviam recebido e estavam lá. Aí vieram perguntar para nós: "*Poxa, e aí? E aí?*" Aí eu falei: "*ó, quando vier cadastrar, dá o nome de alguém, se vira. Poxa.*" Eles sabem o que fazer. Eles vão dar o nome de alguém. Do filho recém-nascido, de...

Cons. Helga: Não. Tudo bem. Não vamos então nos prender aos 5%, mas vamos falar nesse número médio que (incompreensível) falou.

Eugênio: Eu não quis falar mal.

Cons. Helga: Claro.

Eugênio: Eu não tenho moradia. Eu não tenho moradia. Eu pago aluguel, moro no Damasceno, moro em um quarto. Pago trezentos reais, sabe? Não tenho vergonha de dizer isso, porque eu sou honesto, pago ali, eu cumpro as leis, entendeu? Eu não saio invadindo terreno. Entendeu? Então, talvez as pessoas não trabalhem, não tenham condições. Então, por isso, elas invadem. Eu graças a Deus, tenho condições. Eu estou pagando aluguel.

Cons. Helga: Só para concluir, só para concluir...

Cons. Eugênio: É só esse detalhe também.

Cons. Helga: Não. Perfeito. Não vamos nos pegar a essas coisinhas de palavras que a família é pobre ou é rico. Você deu um número: 90%. Onde que eu quero chegar? Que não é tão simples assim. Talvez isso que falta... Então, pronto. Então deixa eu concluir, por favor. A coisa de reintegrar não é tão simples assim. Então, conversa com o particular, conversa com o proprietário. Eu acho que isso de ter uma atitude política, é por aí mesmo. E depois, vá-se para a desapropriação. Agora, quando eu falei das famílias pobres, que realmente é uma preocupação que eu acho que muitos de nós aqui temos. Não é fácil remover essas pessoas. Não se tem para onde levar. 90%, o número que você deu, é um número grande, e é de gente que não tem nada. Então assim, precisa construir o Parque? Precisa. Mas vai-se criar outro problema. Então, eu acho que tem que conversar com esse particular, fazer essa reintegração, e aí, vocês, que são ali da associação, também pensar como é que vai ficar essa gente toda, que vai se alojar por ali. Não vão se mudar muito dali, não. Vão ficar por ali.

Cons. Helga: Aí sim. Depois se desapropria.

Coordenadora Helena Magozo: Vamos lá, e depois nós vamos fechar. Aí tem que avaliar que essa DUP...

Cons. Ivo: Gente, eu só quero adiantar que chegou em um ponto que outro dia, um Assistente Social da Habitação veio me buscar para fazer uma palestra sobre... da Habitação, sobre Associação. Como se resolve... Nós estamos trabalhando em um projeto, pela agenda 21, em Tajuípe. Uma invasão que nós temos lá em Itaim Paulista. Estamos trabalhando com a Defensoria Pública, com o pessoal da Habita... Conseguimos unir todos os atores para... O Defensor Público só pega uma questão (incompreensível). E foi um pouco assustador, mas conseguimos unir os atores. E qual é o processo que nós estamos encaminhando agora, para tentar resolver a questão? É através de uma associação. Porque existe fundo



ATA DA 145ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

perdido para moradia, tem tantos caminhos, para... quando se trabalha a sério, que a pessoa conquista. Eu dando a resposta aqui, de que a colocação sua... a Conselheira colocou, formas: existem. Muitas. Se a pessoa buscar com seriedade. A questão é essa. Com seriedade. Uma entidade que tenha mais de um ano, e dentro do estatuto, rege a questão de habitação, de moradia, desse empenho, ela consegue. E muita entidade consegue. Agora, eu tinha que fazer um pedido interessante. Não sei se é pertinente a nós, porque nós temos centro cultural Cidade Tiradentes, que é a coisa mais linda do mundo, em um lugar extremamente pobre. Ele vai ser entregue esse mês. Só que, atrás dele, todo o esgoto da SABESP, dos prédios, sai em um córrego, aonde tem um monte de moradia. Há a previsão, pela SABESP, que ali vai ser feita uma adequação. Porém, isso é saúde ambiental que o pessoal está sofrendo. Depois que inaugurar, se deixar, vai ficar no esquecimento. Eu queria que o nosso Conselho, se pudesse tentar fazer o contato com a SABESP para fortalecer essa ação. Obrigado.

Eugênio: Eu queria fechar a questão com a proposta, posso?

Coordenadora Helena Magozo: Pode, Eugênio.

Eugênio: Para fechar a questão. O assunto é importante, polêmico também, mas se prolongou um pouquinho, agradeço a todos os Conselheiros, e demais presentes. Agradeço as palavras das Conselheiras. E a proposta minha, é que o estado, em si, não pode ficar inerte. Ele não pode ficar alheio a essa questão da invasão, só porque é um terreno particular. Eu tenho convicção, não tenho conhecimento, mas eu tenho convicção de que uma questão jurídica possa ser feita, sim. Uma intervenção jurídica possa ser feita por algum caminho. Mas não é o caso. O que eu quero propor aqui, é que seja criado um grupo de trabalho, tipo uma força-tarefa, CADES Freguesia do Ó-Brasilândia, CADES Municipal, Secretaria do Verde, DG Norte, Guarda Civil Metropolitana, para nós monitorarmos essa situação, e irmos fechando o cerco para resolver essa questão da melhor forma. Tanto na questão do atendimento às famílias que já estão lá, quanto na preservação, para que não aumente mais o local e que, no futuro, a gente possa entrar em um acordo. Existe lá, de lá de dentro dos barracos... Eles são mais espertos do que nós. Eles estão mais atentos do que nós. Existe uma proposta lá de dentro. Eu não quis nem colocar em pauta aqui, nem vou colocar. Proposta deles, lá de dentro.

Coordenadora Helena Magozo: Mas Eugênio.

Eugênio: Eu posso colocar. É o seguinte: que essa parte que eles invadiram, se for tirada, aí falaram: *"Deixa a gente aqui. Deixa a gente aqui. Faz o Parque a partir dali."* Se fizer um prédio ali, não vai estragar o Parque. Eu não sou muito a favor. Mas dentro do consenso legal que foi disposto aqui, nesta plenária, não é totalmente inviável. Eu não quero perder... Perdão. Nós não queremos perder o Parque. Preferíamos perder um dedo...

Coordenadora Helena Magozo: Ninguém está falando de perder o Parque, Eugênio. A gente está falando de estratégias para chegar, e a questão da legalidade.

Eugênio: Então proponho um grupo de trabalho, uma força-tarefa entre todos esses conjuntos que eu citei aqui. E a gente fecha assim, aguardando a resposta de vocês.

Coordenadora Helena Magozo: De novo, é o seguinte: eu acho que é uma coisa que vai estar...

Eugênio: Uma posição de vocês.



ATA DA 145ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Coordenadora Helena Magozo: Eugênio está registrado aqui. Não cabe grupo de trabalho do CADES, gente, para fiscalizar. Não é atribuição nossa. Agora, cabe sim, a gente passar e ter esse registro para vocês terem disponibilizado, para depois da transição, vocês levarem para a subprefeitura, que tem todos os instrumentos locais para fazer isso que você está pedindo. Mas não adianta eu ser simpática com vocês, e dizer que vamos colocar em votação, uma questão que não tem cabimento.

Cons. Abel: Você tem razão. Mas eu sou como a Ros Mari, a minha companheira ali, Ros Mari, colocou. E eu, como Conselheiro, e eu acho que minha querida Ros Mari também, nós podemos até tentar dar uma assessoria para vocês. Primeiramente, levantar as lideranças, tem foco político, você tem que conversar, ver o que está acontecendo lá dentro, para poder trabalhar politicamente. Vamos dizer a realidade. Ela falou: "Não adianta. O município vai dar multa, 500, o cara vai na justiça... vai mais 500..." Ele está se lixando. O terreno dele está lá. A hora que ele achar que é interessante, que o terreno valorizou, ele vai lá e... Você entendeu? Aí depois que joga para a Prefeitura, e a Prefeitura que tem que se virar com os moradores, que a Prefeitura que tem que arrumar habitação, e aí, são outras histórias mais social.

Coordenadora Helena Magozo: Então eu pediria que fosse uma articulação dos Conselheiros, da disponibilidade de vocês, e que isso vai estar registrado em ata, como um instrumento de registro da nossa discussão, que é uma discussão muito pertinente, essa questão, ambiente e qualidade de vida está sempre na pauta. Obrigada.

Secretário Eduardo Jorge: Eu queria só fazer uns comentários. O Conselheiro da zona Leste já saiu? Ivo, por favor. Prepare a carta que a Mary vai mandar em nome do Conselho para a SABESP, relatando esse problema lá no Centro Cultural, por favor. Então você prepara e deixa isso com a Mary, para nós mandarmos imediatamente. Em relação à Brasilândia, isso já foi bastante explicado. O Parque lá é uma das nossas prioridades. Sempre foi. Vai continuar sendo nas áreas que nós vamos deixar para o próximo governo. São 60 áreas que nós vamos deixar em processo de desapropriação e implantação. Não são poucas. Essa área é uma das prioritárias nossas, dessas 60. Segue a desapropriação no terreno que não está invadido, conforme já aprovado no CONFEMA, e segue a nossa fiscalização. A Raquel e o núcleo vão continuar fazendo o que nós devemos fazer que são atuações de crimes ambientais. Quinhentos mil, mais quinhentos mil, um milhão. Mesmo para quem é dono de uma televisão, não é pouco. Vamos adiante, no que a gente deve fazer, e já está fazendo, sem nenhuma omissão em relação a essa questão. Quanto à questão do Iervolino, ele colocou a questão da SIURB e o entorno do Itaquera, formaliza uma proposta, vocês lá da zona Leste, para entrar na programação de discussões aqui, e a Mary vai encaminhar para a SIURB... Viu Mary. Fazer entrar na programação de discussão das próximas reuniões do Conselho. Vocês preparam a proposta e entregam para a Mary. Por favor. Quanto à questão lá do Templo do Salomão, do Reino de Salomão, eu peço que o pessoal do DECONT que está aqui, cobre, lá do Milton, a resposta. Eles já entraram, eles pediram uma informação do nosso licenciamento, e não teve resposta. Então, por favor, você anota para depois responder para ele. E a Ros Mari tinha mandado um e-mail para mim, eu já tinha pedido que a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Urbano fosse oficiado para programar a discussão. Eu tinha pensado, talvez, fazer em janeiro. Eu, não. Em janeiro. Porque o Conselho vai continuar. Porque eu não sei se vai dar tempo que a SMDU programe isso para dezembro. E você, hoje, agregou a questão da drenagem. Então, a Mary também vai oficializar a SMDU que nós queremos a discussão no CADES, dessas duas questões, da drenagem, e da Operação Água Branca, em relação à lei que vai ser encaminhada para a Câmara. Projeto de lei que vai ser encaminhado para a Câmara. Porque mesmo que encaminhe, a essa altura do ano, ele não vai ser votado agora, em dezembro. Então, vai ter discussão e tudo. O CADES pode enviar moções, e modificar a lei, encaminhada ou não. De todo jeito, o Secretário Bucalem vai nos responder. Pode vim em dezembro? Não pode vim em dezembro? O projeto vai ser encaminhado em dezembro? Eu acho que você poderia ajudar nas perguntas ao Secretário e reiterar o convite. Ele quer



ATA DA 145ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

saber se o projeto vai em dezembro. Eu não sei. Eu não sei. Então mandar uma carta para ele, perguntando. O Projeto vai em dezembro? Se for em dezembro, há possibilidade de fazer, na reunião de dezembro a discussão ou criar uma extraordinária? E a questão da drenagem, que isso não tem urgência, isso pode discutir em janeiro. Eu acho que em janeiro a gente podia fazer. Porque o Plano de Drenagem não vai evitar que haja enchente ou não esse ano. O que foi feito já foi feito. E muito foi feito, diga-se de passagem, pelo nosso prefeito, Gilberto Kassab, nessa questão. Mas é um trabalho que tem que ser ainda trabalhado por muitos e muitos anos, e o futuro prefeito também vai continuar trabalhando nisso. Tenho certeza. Então, eu quero agradecer a todos vocês, mais essa reunião do Conselho Municipal, e estamos terminando ao meio-dia, conforme o previsto.

Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho

Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente
Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável – CADES

Conselheiros presentes:

ANDRÉ DIAS MENEZES DE ALMEIDA
ANDREA AKISSUE DE BARROS
ÂNGELO IERVILINO
ANTONIO ABEL ROCHA DA SILVA
ARMELINDO PASSONI
CARLOS ROBERTO FORTNER
GEORGE DOI
GILBERTO TANOS NATALINI
HELGA M. DA CONCEIÇÃO MIRANDA ANTONIASSI
HÉLIA S. B. PEREIRA
IVO CARLOS VALENCIO

JOSÉ CARLOS ANDERSEN
JOSÉ EDUARDO RODRIGUES DA SILVA
LUIZ FERRUA
MÁRIA RAQUEL PACHECO
MARTA AMÉLIA DE OLIVEIRA CAMPOS
PEDRO LUIZ FERREIRA DA FONSECA
QUINTINO JOSÉ VIANA
ROS MARI ZENHA
ROSE MARIE INOJOSA
SILMARA RIBEIRO MARQUES
WALTER PIRES

Conselheiros com justificativa de ausência:

BEATRIZ ELVIRA FÁBREGUES / CINTHIA MASUMOTO / EDUARDO STOROPOLI / MÁRCIO ESTEVES DA SILVA / ROBERTO PAULO VALERIANI IGNÁTIOS

Conselheiro suplente presente:

SERGIO KIPNIS

Coordenadora Geral:

Helena Maria de Campos Magozo